

Trabalho Conclusão Curso

Vitor Augusto da Rocha Mendes

DESINDUSTRIALIZAÇÃO LATINO-AMERICANA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS TRAJETÓRIAS ECONÔMICAS DE BRASIL E MÉXICO

Florianópolis

2018



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio Econômico
Curso de Ciências Econômicas

VITOR AUGUSTO DA ROCHA MENDES

DESINDUSTRIALIZAÇÃO LATINO-AMERICANA: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA ENTRE AS TRAJETÓRIAS ECONÔMICAS DE BRASIL E MÉXICO

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em
Ciências Econômicas do Centro
Socioeconômico da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito para a obtenção
do Título de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Arend.

FLORIANÓPOLIS

2018

Ficha de identificação da obra

A ficha de identificação é elaborada pelo próprio autor.

Orientações em:

<http://portalbu.ufsc.br/ficha>

VITOR AUGUSTO DA ROCHA MENDES

DESINDUSTRIALIZAÇÃO LATINO-AMERICANA: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA ENTRE AS TRAJETÓRIAS ECONÔMICAS DE BRASIL E MÉXICO

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 ao aluno Vitor Augusto da Rocha Mendes na disciplina de CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Marcelo Arend, Dr.

Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Marcos Valente, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Fábio Pádua dos Santos, Dr.

Por todas as minhas relações.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, especialmente meus pais Maria Isabel e Manoel, por todo amor e aprendizado compartilhado nessa vida. Reconheço o esforço de cada um para que eu tenha uma educação libertadora, crítica e, sobretudo, vivenciada. A confiança deles é fundamental para o meu sucesso, honro esse apreço com muita dignidade.

Aos amigos que fiz nesse período de graduação, pessoas em que a sorte do destino nos uniu e viemos caminhando ao longo dessa jornada, aspiro seguir junto com os verdadeiros. Meus sinceros agradecimentos a todos e todas, vocês tornaram esse ciclo mais prazerosa e gratificante.

Aos professores pela maestria com que construíram o saber para com os discentes, todos foram imprescindíveis para a minha formação acadêmica e pessoal. Obrigado ao professor Marcelo Arend pelas orientações que resultaram na presente monografia.

Enfim, a todos os muitos seres humanos que contribuíram de alguma forma para a execução desse projeto e a ilha querida por nos prestigiar com tanta beleza e inspiração, minha eterna gratidão!

*“Ojalá podamos tener el coraje de estar
solos,
y la valentía de
arriesgarnos a estar juntos”
(Eduardo Galeano)*

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise histórica sobre a trajetória industrial do Brasil e do México nas últimas décadas, observando as causas e as dificuldades nesse processo de industrialização e seus impactos frente ao desenvolvimento econômico. Para tanto, busca esclarecer marcos teóricos acerca do debate sobre desindustrialização que permeia o ambiente acadêmico desde a década de 1980 e fundamenta-se a pesquisa com uma perspectiva heterodoxa do estruturalismo latino-americano. Analisa os impactos do processo de desindustrialização no Brasil e no México sobre os parâmetros de produção, renda, emprego e investimento, a partir de informações extraídas das bases de dados da UnctadStat e UNIDO. Em síntese, a pesquisa visa compreender as assimetrias e disparidades das trajetórias econômicas dos países capitalistas, apresentando indicadores econômicos sobre a ascensão dos países asiáticos, com um intenso processo de industrialização, e busca evidências empíricas para identificar se as trajetórias econômicas do Brasil e México passam por um processo de desindustrialização natural ou precoce.

Palavras-chave: desindustrialização latino-americana; mudanças estruturais; desenvolvimento econômico; trajetórias industriais assimétricas.

ABSTRACT

The present work aims to make a historical analysis of the industrial trajectory of Brazil and Mexico in the last decades, observing the causes and the difficulties in this process of industrialization and its impacts on economic development. In order to do so, it seeks to clarify theoretical frameworks about the debate about deindustrialization that permeates the academic environment since the 1980s and bases the research with a heterodox perspective of Latin American structuralism. It analyzes the impacts of the deindustrialization process in Brazil and Mexico on production, income, employment and investment parameters, based on information extracted from UnctadStat and UNIDO databases. In summary, the research aims to understand the asymmetries and disparities of the economic trajectories of the capitalist countries, presenting economic indicators on the rise of the Asian countries, with an intense process of industrialization, and looks for empirical evidence to identify if the economic trajectories of Brazil and Mexico pass by a process of natural or early deindustrialization.

Keywords: Latin American deindustrialization; structural changes; economic development; asymmetrical industrial trajectories.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição mundial do valor adicionado da indústria de transformação em 2010 (em percentual): economias desenvolvidas e em desenvolvimento.....	42
Figura 2 - Comparação entre a produtividade do trabalho e o valor agregado da economia no período 1980-2010: países selecionados.....	69
Figura 3 - Distribuição dos fluxos de IED (em %) por setores de 2005-2011 - América Latina e Caribe.....	78
Figura 4 - Economias em processo de desindustrialização natural nas últimas décadas.....	79
Figura 5 - Economias em processo de desindustrialização precoce nas últimas décadas.....	80
Figura 6 - Evolução do Indicador de Desindustrialização Relativa Internacional (DRI) de países selecionados no período 1980-2010: base referência o Mundo.....	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação das regiões selecionadas no PIB global no período de 1970-2016..	38
Gráfico 2 – Empregos mundiais por setor de 1991-2017.....	39
Gráfico 3 – Participação das regiões selecionadas na manufatura mundial no período de 1970-2016.....	40
Gráfico 4 - Composição do produto por intensidade tecnológica nos anos de 1980 e 2000 (em %): mundo, países industrializados e em desenvolvimento.....	43
Gráfico 5 - Participação percentual dos produtos de média e alta tecnologia no produto manufatureiro mundial nos anos de 1980, 1985, 1990, 1995 e 2000: América Latina e Caribe, Leste Asiático, Sul Asiático e China.....	44
Gráfico 6 - Comércio internacional por intensidade tecnológica - participação relativa em 1980, 1990 e 2002.....	45
Gráfico 7 - Participação relativa dos países em desenvolvimento da Ásia e da América Latina nas exportações mundiais por categoria tecnológica - 1980 e 2002 (%).....	46
Gráfico 8 – Fluxo de IED (em %) do total mundial nos anos de 1970, 1980, 1990, 2000, 2010 e 2017 - regiões selecionadas.....	48
Gráfico 9 - Estoque de IED (em %) do total mundial nos anos de 1980, 1990, 2000, 2010 e 2017- regiões selecionadas.....	49
Gráfico 10 - Participação (em %) da agricultura, indústria e serviços no PIB do Brasil no período de 1970-2016.....	57
Gráfico 11 - Participação (em %) da agricultura, indústria e serviço no PIB do México no período de 1970-2016.....	58
Gráfico 12 – Participação (em %) da manufatura no PIB do Brasil e México no período de 1970-2016.....	59
Gráfico 13 - Participação (em %) da América do Sul e Central, Brasil e México na manufatura mundial no período de 1970-2016.....	61
Gráfico 14 - Participação (em %) da América do Sul e Central, Brasil e México no PIB mundial nos anos de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010.....	62
Gráfico 15 - Empregos por setor no Brasil de 1991 a 2017.....	65
Gráfico 16 - Empregos por setor no México de 1991 a 2017.....	67
Gráfico 17 - Volume de exportação e importação de bens e serviços do Brasil - 1970-2016.	70

Gráfico 18 - Volume de exportação e importação de bens e serviços do México - 1970-2016.....	71
Gráfico 19 - Composição da importação do Brasil - 1995, 2000, 2005, 2010 e 2016.....	72
Gráfico 20 - Composição da exportação do Brasil - 1995, 2000, 2005, 2010 e 2016.....	73
Gráfico 21 - Composição da importação do México - 1995, 2000, 2005, 2010 e 2016.....	74
Gráfico 22 - Composição da exportação do México - 1995, 2000, 2005, 2010 e 2016.....	74
Gráfico 23 - Participação (em %) do fluxo de IED mundial 1980-2016 - América do Sul e Central, Brasil, México e Chile.....	76
Gráfico 24 - Participação (em %) do estoque de IED mundial de 1980-2016 - América do Sul e Central, Brasil, México e Chile.....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Os quinze maiores produtos manufatureiros nos anos de 2000 e 2016.....	50
Tabela 2 - Valor adicionado da manufatura <i>per capita</i> nos anos de 1995, 2000, 2005, 2010 e 2016 - China, Mundo e regiões selecionadas.....	51
Tabela 3 - Valor adicionado aos fatores no Brasil nos anos de 2005 e 2016.....	63
Tabela 4 - Valor adicionado aos fatores no México nos anos de 2005 e 2016.....	64
Tabela 5 - Empregos por setor industrial no Brasil nos anos de 2005 e 2016.....	68
Tabela 6 - Empregos por setor industrial no México nos anos de 2005 e 2016.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IED – Investimento Externo Direto

NICs – New Industrialized Countries

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

UNIDO – United Nations Industrial Development Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.2 OBJETIVOS	18
1.2.1 Objetivo Geral	18
1.2.2 Objetivos Específicos	18
1.3 JUSTIFICATIVA	19
2 METODOLOGIA.....	21
3 NUANCES ESTRUTURAIS LATINO-AMERICANAS.....	23
3.1 SUBDESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO	24
3.2 O NEOESTRUTURALISMO E A CONTRIBUIÇÃO DE FERNANDO FAJNZYLBER 27	
3.3 O FENÔMENO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO.....	32
4 TRAJETÓRIAS INDUSTRIAIS E ASSIMETRIAS REGIONAIS	37
4.1 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO PIB MUNDIAL	38
4.2 PRODUTO INDUSTRIAL	40
4.3 COMÉRCIO EXTERIOR	44
4.4 INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO – IED	47
4.5 OS MAIORES PRODUTOS MANUFATUREIROS	49
5 CICLOS INDUSTRIAIS LATINO-AMERICANOS: UMA ANÁLISE DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL E MÉXICO	53
5.1 BREVE HISTÓRIA ECONÔMICA DA INDÚSTRIA LATINA	53
5.1.1 Formação industrial do México.....	54
5.1.2 Formação industrial do Brasil.....	55
5.2. PARTICIPAÇÃO DA MANUFATURA NO PIB NACIONAL E MUNDIAL	56
5.3 COMPOSIÇÃO DO PRODUTO INDUSTRIAL POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA 62	

5.4 EMPREGOS INDUSTRIAIS	65
5.5. COMÉRCIO EXTERIOR	70
5.6 INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO – IED	75
5.7 DESINDUSTRIALIZAÇÃO PRECOCE DA AMÉRICA LATINA	78
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

As transformações na dinâmica internacional de produção industrial após a década de 1980, principalmente com a difusão do paradigma microeletrônico, evidenciaram para a relação de poder da tecnologia frente a construção desse “novo mundo”. Ainda há muitas incertezas sobre o resultado dos seus fenômenos, todavia, percebe-se que essa hierarquia de poder tecnológico faz com que os países periféricos apresentem características de reprimarização da economia, especializando-se na produção de mercadorias primárias com alta concentração de renda e desequilíbrios na balança de pagamentos, ao passo que os países centrais vão buscando a diversificação dos seus serviços via inovação, e os países em desenvolvimento, principalmente do leste asiático, destacam-se como sendo os maiores produtores de manufaturas dos últimos anos, alterando a geografia produtiva mundial.

Os países latinos que num período anterior passavam por décadas de prosperidade econômica, com altas taxas de crescimento do PIB sendo alavancado principalmente pelo paradigma metal-mecânico-químico, após a irrupção da nova revolução tecnológica tiveram que fazer um arranjo produtivo. Contudo, essa reestruturação não obteve sucesso em acompanhar as mudanças no aparato produtivo devido ao seu baixo dinamismo dos setores intensivos em alta tecnologia, então a indústria manufatureira começa a perder participação no PIB nacional, gerando o que Rowthorn e Wells (1987) nomearam de fenômeno da desindustrialização.

As causas e efeitos da desindustrialização podem ser atribuídos a fatores externos e internos das economias nacionais, fato que vem intrigando pesquisadores de distintas vertentes da ciência econômica, e que cada vez mais vão se aprofundando sobre o tema. Para compreensão dessa nova divisão internacional do trabalho e distribuição do capital que está em curso, apesar de ser um estudo específico de dois países latino-americanos, há de se pensar no sistema globalizado, e compreender as trajetórias nacionais das últimas décadas como lentas e desiguais, ante a dicotomia centro-periferia. (PREBISCH, 2000a)

Em vistas desse contexto, esta pesquisa intenciona discorrer sobre o processo de desindustrialização na América Latina, fato que vem transformando a estrutura econômica das nações por todo mundo. A queda da participação da indústria no PIB pode ser encarada como natural nos ciclos econômicos, contudo, nos países latinos as características econômicas são divergentes dos países centrais, o que caracteriza a precocidade do fenômeno.

Como perguntas de partida, este projeto propõe-se a averiguar: em termos teóricos, quais as estruturas que condicionam o processo de desenvolvimento industrial da América Latina? Como vem se constituindo a nova dinâmica produtiva da manufatura mundial ao longo dos últimos anos? Quais as características da estrutura produtiva e comercial do Brasil e México que identificam o processo de desindustrialização dos países periféricos?

Deste modo, o estudo se propõe a contribuir para o debate sobre o fenômeno da desindustrialização na América Latina e, para tal, abordará de forma clara e objetiva o comportamento das economias brasileira e mexicana (considerando que, para juízo de pesquisa, ambas são periféricas) frente às transformações ocorridas no recorte temporal das últimas cinco décadas.

1. 2 OBJETIVOS

A presente seção descreve os objetivos da pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

Descrever o processo de desindustrialização na América Latina, no caso as trajetórias econômicas do Brasil e México, a partir de uma perspectiva estruturalista das transformações ocorridas nas últimas décadas.

1.2.2 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos citam-se:

- a) Destacar a importância da indústria para o desenvolvimento econômico à luz da ótica estruturalista da CEPAL;
- b) Avaliar a estrutura da indústria mundial frente à nova dinâmica da produção de manufaturas, com a ascensão dos países asiáticos em detrimento dos latinos,
- c) Verificar os indicadores industriais para analisar se México e Brasil estão passando por um processo de desindustrialização precoce.

1.3 JUSTIFICATIVA

Apesar da maior integridade das cadeias mercantis no atual estágio da globalização capitalista, nas últimas quatro décadas as trajetórias econômicas dos países foram cada vez mais desiguais devido à capacidade de apropriação de valores serem assimétrica. Nesse contexto, a indústria global é subdividida em três grupos: os países que estão em processo de desindustrialização natural, em processo de desindustrialização precoce, e os que passam por um período de industrialização. A desindustrialização pode ser considerada como um processo natural do desenvolvimento (conforme inserção de tecnologias, aumento de produtividade e crescimento da renda), sendo uma fase transitória para uma economia voltada ao setor de serviços, fato esse que vem ocorrendo em países da União Europeia e os Estados Unidos da América. A principal diferença entre a desindustrialização natural e precoce é o hiato do PIB per capita das economias periféricas em relação as desenvolvidas. O destaque para o período recente é a ascensão dos países asiáticos, ao passo que a América Latina perde participação no produto global. Nota-se pela taxa de crescimento industrial acumulada de 1990-2010, o Brasil com apenas 56%, enquanto os NICS asiáticos 690% e as economias em desenvolvimento da Ásia 1078%. (AREND, 2012)

Autores como Kaldor (1966) e Scatolin (1989) apud Arend (2013) destacam o quão importante é uma elevada taxa de crescimento industrial para alavancagem do PIB, por ser o setor mais dinâmico e difusor das inovações, com retornos cumulativos crescentes que extrapolam os limites da cadeia de produção. Entretanto, Brasil e México são países que não conseguem ser intensivos em tecnologias e acabam especializando sua produção em produtos primários e indústrias maquiladoras, entrando em processo de desindustrialização e arrefecendo cada vez mais suas economias.

Portanto, o presente estudo pretende aprofundar-se sobre o tema da desindustrialização nas economias periféricas da América Latina, suas possíveis causas e as magnitudes de seus efeitos.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa explicativa e descritiva, tendo em vista que há uma problemática em identificar fatores determinantes ou contribuintes para a existência de certos fenômenos. Designa-se pesquisa explicativa em razão de haver uma preocupação em identificar fatores determinantes ao processo de desindustrialização das duas principais economias latinas, a brasileira e a mexicana. O caráter descritivo está expresso na exposição das características do fenômeno. Em relação aos procedimentos técnicos, o trabalho é classificado como uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos científicos, teses, textos para discussão, e ainda sites para coleta de dados essenciais para a obtenção de informações para realização do mesmo (GIL, 2010).

Para alcançar os objetivos específicos, a metodologia utilizada está expressa nos capítulos que sucedem a introdução, iniciando com a fundamentação teórica calcada na perspectiva estruturalista da CEPAL, a partir das leituras de Furtado, Prebisch, Fajnzylber e outros autores. Na seção 3.1 será exposto o conceito de centro x periferia que fundamenta todo o pensamento cepalino de desenvolvimento econômico, e quais as preposições para a periferia superar a posição de subdesenvolvimento. Posteriormente, na seção 3.2 será feita uma revisão da literatura sobre o neoestruturalismo e as contribuições de Fajnzylber com o conceito de competitividade sistêmica e crescimento com equidade. Também faz parte do arcabouço teórico o conceito de desindustrialização, apontado primeiramente por Rowthorn e Wells (1987) como sendo a perda da participação da indústria no produto agregado, e depois classificado por Tragenna (2009) apud Oreiro e Feijó, como sendo um fenômeno natural ou precoce no desenvolvimento econômico.

Em seguida, no capítulo 3 serão apresentadas as trajetórias industriais dos países capitalistas, as assimetrias na agregação de valor e a nova estrutura da geografia da manufatura mundial com a ascensão dos países asiáticos em detrimento dos países desenvolvidos e da América Latina. Após apresentar os fundamentos teóricos e contextualizar a América Latina no sistema mundial, no capítulo 4 será feita a pesquisa quantitativa do trabalho, coletando os dados correspondentes a estrutura econômica do Brasil e México e comparando-as. Serão analisados parâmetros como: participação industrial no PIB, PIB per capita, complexidade das cadeias produtivas, taxa de investimento na indústria, balança comercial, emprego industrial, etc. Para efetuar a comparação das trajetórias econômicas de Brasil e México, serão utilizados dados da UNIDO, da UnctadStat e de outros trabalhos a respeito do tema em questão. Enfim, no último

capítulo estão as considerações finais a respeito dos resultados obtidos na pesquisa.

3 NUANCES ESTRUTURAIS LATINO-AMERICANAS

O desenvolvimento econômico é um processo no qual todas as economias nacionais almejam, tendo em vista os incrementos regionais que ele proporciona. Todavia, nem todos os países obtêm o mesmo sucesso. A dinâmica mundial de fluxo de capitais e produtos ocorre de forma desigual e hierárquica, em que a alocação dos recursos ocorre de acordo com o interesse dos países centrais, que detém o controle da tecnologia. A dependência tecnológica da indústria dos outros países os torna vulneráveis e obsoletos no mercado mundial, não sendo atrativos para investimentos, e, conseqüentemente não alcançando posições favoráveis no mercado, o que os leva a se especializar em outros setores da economia.

O presente capítulo tem por objetivo ser o arcabouço teórico para o trabalho, apresentando as ideias do estruturalismo latino-americano, associado à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Para tanto, na seção 2.1 serão apresentadas os principais conceitos dos autores precursores dessa escola, Raul Prebisch e Celso Furtado, em que introduziram uma estrutura internacional dividida essencialmente entre um centro hegemônico industrial, e uma periferia dependente agrária (introduzem o debate ante a dicotomia centro-periferia). Segundo os autores, as estruturas são de âmbito econômico, político e social, e seus estudos se concentram em diagnósticos de “desajustes internos” das estruturas latino-americana para poder superar a defasagem de desenvolvimento em relação aos países centrais. Prebisch e Furtado defendiam que a industrialização era o único meio capaz de dinamizar um crescimento sustentável no longo prazo, entretanto, existem algumas razões históricas estruturais que impedem o avanço tecnológico e produtivo.

A abordagem estruturalista é retomada a partir do paradigma neoestruturalista, em que determina um novo modelo de competitividade a ser exercido pelos países latinos no mercado mundial. A reformulação do neoestruturalismo é o tema da seção 2.3, apresentando o que há de comum com a teoria tradicional e quais os elementos foram agregados. Por fim, na seção 2.4, será apresentado a definição do marco analítico da pesquisa, centrado no conceito de desindustrialização, processo no qual as economias vem passando, mas com características distintas, intrínsecas a cada país em especial.

3.1 SUBDESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO

A problemática da teoria do subdesenvolvimento econômico de Furtado (2000) passa pelos distintos sistemas de produção e acumulação de capital coexistentes em um determinado momento histórico. A primeira Revolução Industrial na Europa do séc. XVIII transformou a Inglaterra em núcleo industrial, com isso, “os fatores que condicionavam o comportamento da economia mundial sofreram rápida e radical transformação” (p. 242). Um primeiro ponto a ser destacado é que as transformações passaram a ser endógenas ao sistema econômico, e em segundo, revela a “íntima articulação do processo de formação de capital com o avanço da ciência experimental”.

Com o advento da produção industrial em detrimento da produção agrícola os comerciantes que absorviam grande parte do lucro, foram substituídos pelos grandes empresários industriais que através do efeito-preço começaram a agir para destruir cada vez mais as mercadorias da velha estrutura econômica artesanal. O dinamismo do setor industrial em sua primeira etapa concentrava-se na oferta de produtos de consumo geral com baixa demasiada dos preços, devido ao aumento da produtividade via escala e inovações tecnológicas. Todavia, a oferta de mão-de-obra era crescente nas zonas urbanas pela desarticulação da produção artesanal, então, a tendência era de que os empresários não transferissem a renda justa à classe trabalhadora. (FURTADO, 2000)

O núcleo dinâmico da Revolução Industrial se mantinha na Inglaterra, mas aos poucos foi expandindo suas ações em três direções distintas: a primeira linha se concentra na Europa com a reorientação tecnológica, já que a desarticulação econômica pré-capitalista satura a oferta de mão-de-obra. A segunda direção estava para além das suas fronteiras, para onde houvesse terras inóspitas com características similares a Europa, como Austrália e Estados Unidos da América. Cabe destacar que esse processo foi “simples prolongamento da economia industrial europeia” (FURTADO, p. 252, 2000), com uma migração dos europeus para esses territórios levando as técnicas e os hábitos de consumo.

A terceira linha de expansão da economia industrial europeia foi em direção às regiões já ocupadas, alguma delas densamente ocupadas [...] todos de natureza pré-capitalista. O contato das vigorosas economias capitalistas com essas regiões de antiga colonização não se fez de maneira uniforme. Em alguns casos o interesse limitou-se a abertura de linhas de comércio. Em outros houve, desde o início, o desejo de fomentar a produção de matérias-primas, cuja procura crescia nos centros industriais. [...] Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia

dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. (FURTADO, 2000, p. 253)

Furtado (2000) afirma que o “subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passados as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”. E, complementa “a intensidade do impacto desse núcleo na velha estrutura dependerá, fundamentalmente, da importância relativa da renda a que ele de origem e que fique a disposição dentro da coletividade”. (FURTADO, p. 253, 2000)

O subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob formas várias e em diferentes estágios. O caso mais simples é o da coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de uma mercadoria de exportação, com uma larga faixa da economia de subsistência, coexistência esta que pode perdurar, em equilíbrio estático, por longos períodos (FURTADO, p. 261, 2000).

A interpretação retoma o esquema clássico cepalino, que permeou o debate heterodoxo brasileiro, quando Furtado (1966) caracteriza o processo de industrialização latino-americano com uma tendência a estagnação secular no longo prazo. A concentração de renda da economia brasileira, estava impedindo a fluidez da produtividade, aumento de salários e demanda agregada, sendo um entrave ao círculo virtuoso do capitalismo. A previsibilidade no longo prazo era de um crescimento a baixas taxas ou a própria estagnação.

Essa característica está relacionada a herança das culturas nacionais, com um padrão histórico de serem economias primário-exportadoras. Realidade que veio transformando o esquema de divisão internacional do trabalho, e que Prebisch (2010a) chama atenção que “[...] cabia a América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias primas para os grandes centros industriais.”

Percebe-se, portanto, que Prebisch (2000a) aborda o desequilíbrio patente entre a dicotomia centro-periferia, e que a importância da industrialização se dá porque “é o único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do futuro do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massa”. Para que a indústria cumpra com sua função de potencializar o desenvolvimento econômico, e ajude os países latinos na superação da situação de subdesenvolvimento, faz-se necessário uma disposição dos melhores equipamentos em termos de maquinaria, assim como a própria assimilação da técnica moderna.

Outra condição apontada por Prebisch (2000a) é a inserção no comércio internacional a fim de aumentar a produtividade do trabalho, com intensa formação de capital. A solução está em adquirir uma posição de destaque e extrair elementos propulsores de desenvolvimento

econômico, como ser atrativo para a vinda de capitais estrangeiros via Investimento Externo Direto.

Além da poupança atual, seria possível que investimentos estrangeiros bem encaminhados contribuíssem para o aumento imediato da produtividade por trabalhador. Assim, atingida essa melhora inicial, uma parte importante do aumento da produção serviria para a formação de capitais, em vez de se destinar ao consumo prematuro (PREBISCH, 2000a, p. 77)

Construir um cenário atrativo para um fluxo de capitais aliado a uma eficaz distribuição dos mesmos para setores dinâmicos em tecnologia, vem como uma proposta para solucionar o problema de escassez de dólares na América Latina e tudo o que isso repercute. Numa utopia, é natural que esse processo de fluxo de capitais seja propulsor de uma produtividade do trabalho e progresso técnico, e por conseguinte, renda e quiçá poupança. Todavia, o que se verifica na história é que há uma deterioração dos meios de troca e uma tendência ao estrangulamento externo, com uma difusão “lenta e desigual” do progresso técnico. (PREBISCH, 2000a)

Uma das razões a qual Prebisch (2000b) atribui a “precária aptidão do sistema econômico - por falhas estruturais que não sabemos ou não podemos corrigir” é a “insuficiência dinâmica” da América Latina. A insuficiência dinâmica está expressa nas pífias taxas de crescimento da renda per capita, se comparada às taxas da Europa e Ásia. O principal motivo para esse fenômeno é o desequilíbrio entre produtividade e investimento, que causa uma disparidade entre o montante de capital obtido e o nível ocioso de mão-de-obra, o que a rigor, tem efeitos sobre o consumo das famílias.

Além disso, nos países latino-americanos, a tendência a empregar formas de capital que tem uma incidência desfavorável na absorção de mão-de-obra é acentuada pelo efeito que exercem no curso de produção a proteção aduaneira e suas formas excessivas, os encargos sociais e os impostos diretos, ao passo que, impostos alfandegários ou estes são relativamente baixos. Também contribui para acentuar essa tendência o tipo de juros relativamente baixos - inferiores aos vigentes no mercado [...] (PREBISCH, 2000b, p. 470)

Essa disparidade é acentuada por “graves deturpações” que acontecem no tecido produtivo latino-americano. Os empresários como tomadores de decisão adotam o que lhes parece mais conveniente, em função do custo do trabalho e do capital, por isso, em alguns casos os investimentos não são alocados de forma que atinja um nível de emprego satisfatório. (PREBISCH, 2000b)

A grave insuficiência dinâmica do desenvolvimento latino-americano tem que ser atacada de várias maneiras simultâneas. Por um lado, mediante uma acumulação mais intensa de capital e uma utilização melhor do capital

existente. Por outro, com o emprego mais racional do capital nas aplicações mais vantajosas, do ponto de vista da absorção de potencial humano. Em síntese, o emprego mais racional do capital e das alternativas apresentadas pela técnica e a melhor utilização do capital existente redundariam num aumento da relação produto-capital e, por conseguinte, diminuiria correlativamente a proporção de capital necessária para obter uma determinada taxa de crescimento. (PREBISCH, 2000b, p. 472.)

A posição de subdesenvolvimento dos países latinos pode ser explicada principalmente por fatores endógenos as economias nacionais, sendo estruturas históricas que estão enraizadas na teia produtiva e de distribuição (ou má distribuição) de renda.

Em paralelo a decadência da América Latina com a crise da dívida no início dos anos de 1970, as ideias cepalinas começam a cair em descrédito no âmbito político e científico, sendo substituída pelo paradigma neoliberal que emergia no seio da economia estadunidense. Contrapondo as ideias neoliberais e resgatando os conceitos fundamentais da CEPAL, surge no decorrer da década de 1980 as primeiras ideias neoestruturalistas. Como será visto a seguir, os cientistas cepalinos propuseram, em suma, um novo modelo econômico baseado na “competitividade sistêmica”, preocupados principalmente com ajustes de curto prazo para equilíbrios macroeconômicos, obsolescência na planta de capital e atraso tecnológico. (MISSIO, JAYME JR., 2012)

3.2 O NEOESTRUTURALISMO E A CONTRIBUIÇÃO DE FERNANDO FAJNZYLBER

A síntese neoestruturalista traz consigo grande parte do pensamento cepalino tradicional, fazendo uma revisão da teoria estruturalista para o cenário da época. Teve como marco inaugural o documento “Transformação produtiva com equidade” (CEPAL, 1990), e tem como principais autores F. Fajnzylber, N. Lustig, L. Taylor, dentre outros. Aborda a questão do subdesenvolvimento como sendo por razões “históricos e estruturais endógenos”. Contrapondo também a teoria das vantagens comparativas, admite que há um processo de desenvolvimento desigual originário da bipolaridade centro-periferia, e que o progresso técnico se propaga de forma lenta e assimétrica. Missio, Jayme e Oreiro (2013), resumem as características dos países centrais e da periferia no sistema capitalista em:

Em síntese a estrutura produtiva da periferia é especializada e heterogênea, enquanto a dos centros é diversificada (composta por um amplo espectro de atividades econômicas) e homogênea (na medida em que a produtividade do trabalho alcança níveis relativamente similares em todas as atividades). (MISSIO, JAYME, OREIRO, 2013, p. 8)

Ademais, desloca o foco de análise para a composição setorial, considerando que as economias latinas já atingiram um grau considerável de industrialização e que a questão chave é a heterogeneidade estrutural que também se manifesta intra setorialmente. O setor industrial apresenta um dualismo com a presença de segmento de bens intensivos em tecnologia (alto valor agregado) em contraponto ao segmento de baixa tecnologia (baixo valor agregado). Assim, fica evidente que o tipo de industrialização é fundamental para o desenvolvimento nacional, então, a condição para superar os entraves do subdesenvolvimento “passa pela necessidade de estabelecer um novo modelo baseado na competitividade e na melhor inserção externa”, priorizando a integração das cadeias de bens intensivos em tecnologia. (MISSIO, JAYME, OREIRO, 2013)

O Estado tem um papel fundamental para o desenvolvimento no neoestruturalismo, importando a sua capacidade de “gerir e coordenar ações”. Com o setor público modernizado, despolitizado e descentralizado. Aliado as forças do mercado, ambos devem ser “parceiros estratégicos, em que o primeiro assume a função de assegurar o funcionamento do segundo”. Para tal, Missio e Jayme (2012) atribuem as seguintes funções para o Estado: a) promover e estimular mercados inexistentes (mercado de capitais de longo prazo e mercados futuros de câmbio); b) fortalecer mercados incompletos (tecnologia); c) eliminar ou corrigir distorções estruturais (tais como a heterogeneidade da estrutura produtiva, a concentração da propriedade, as segmentações dos mercados de capital e de trabalho); e d) compensar imperfeições de mercados decorrentes de economias de escala, externalidades e dos processos de aprendizado (advindos da tecnologia ou do comércio).

Com uma visão mais holística do sistema econômico, de acordo com Missio e Jayme (2012):

O pensamento neoestruturalista propõe a adoção de um novo modelo econômico baseado na “competitividade sistêmica” impulsionada pela concorrência intercapitalista e medida gerencialmente pelo Estado, em um contexto de estabilidade macroeconômica, abertura comercial e desregulamentação financeira. Esse novo modelo compartilha vários elementos com o pensamento estruturalista antecessor, principalmente quando admite que a condição do subdesenvolvimento da região latino-americana não se explica por distorções exógenas induzidas pela política econômica, mas sim por fatores estruturais endógenos como a distribuição desigual da renda e da riqueza, a concentração da propriedade, a inserção desfavorável do comércio mundial, a elevada concentração dos mercados e o atraso tecnológico por fatores sociopolíticos como a frágil organização social, a desigualdade na distribuição geográfica e setorial da população e o baixo nível educacional (...) Para os neoestruturalistas, após o esgotamento da “etapa fácil de substituição de importações”, há necessidade de “promover as exportações”, usando a estrutura produtiva industrial instalada, mediante a formulação, o desenho e a execução de estratégias e de políticas econômicas. (...) Entende-se, neste caso, que a globalização configura um contexto de oportunidade para economias semi-

industrializadas que alcançam competitividade internacional. (MISSIO, JAYME, 2012, p. 211, 212 e 213)

Entretanto, a teia produtiva estrutural da América Latina é pouco diversificada e integrada, o que causa uma carência de complementaridade entre os setores e a dificuldade de difundir o progresso técnico para toda a economia, permitindo um crescimento sustentado do salário. Há diferença secular de renda entre as economias centrais e periféricas, pois o ritmo do progresso técnico e aumento da produtividade nos países centrais são maiores. De acordo com Missio, Jayme, Oreiro (2013) a diferença dos países é acentuada pela deterioração dos termos de troca,

ou seja, tendência de que os preços da exportação dos produtos primários apresentem uma evolução desfavorável frente a dos bens manufaturados produzidos pelos países industrializados, implicando transferência dos ganhos de produtividade do setor primário-exportador periférico para os países centrais (industrializados). (MISSIO, JAYME, OREIRO, 2013, p. 9)

A importância do progresso técnico para o desenvolvimento econômico obteve grande fundamentação entre os pensadores estruturalistas a partir das publicações de Fernando Fajnzylber. O autor escreve diversos artigos em que sugere políticas e estratégias de inserção no mercado internacional para um crescimento sustentável a longo prazo, baseado nas capacidades singulares de cada país, para que não haja apenas espasmos efêmeros de crescimento com políticas monetárias imediatistas.

Como um grande estudioso das economias latinas, Fernando Fajnzylber cita que:

Ao que parece, portanto, o traço central do processo de desenvolvimento latino-americano é a incorporação insuficiente do progresso técnico— sua contribuição escassa de um pensamento original, baseado na realidade, para definir o leque de decisões que a transformação econômica e social pressupõe. O conjunto vazio estaria diretamente vinculado ao que se poderia chamar de incapacidade de abrir a “caixa-preta” do progresso técnico, tema este no qual incidem a origem das sociedades latinoamericanas, suas instituições, o contexto cultural e um conjunto de fatores econômicos e estruturais cuja vinculação com o meio sociopolítico é complexa, mas indiscutível. (FAJNZYLBER, 2000, p. 857)

Desta forma, a sua abordagem está calcada em propor novas estratégias de desenvolvimento a longo prazo, baseadas na transformação da estrutura produtiva e diminuição das desigualdades sociais, tomando como ponto de partida para o estudo dos modelos de desenvolvimento das experiências de sucesso dos países asiáticos, como Japão e os NIC's, com uma estratégia baseada em uma combinação de aprendizagem e inovação econômica e social.

De acordo com Fajnzylber (2000), o padrão da indústria latina pode ser caracterizado por quatro traços principais:

1) a inserção internacional por intermédio das matérias-primas: a participação no mercado mundial é baseada, praticamente, no superávit comercial gerado pelos recursos naturais. Todos os países latino-americanos, sem nenhuma ressalva, tiveram até 1982 um saldo comercial positivo somente na agricultura, na energia ou mineração, e déficits no setor manufatureiro. Os intensos investimentos no setor industrial brasileiro na década de 1970 fundaram as bases para o Brasil começar a registrar um superávit no setor manufatureiro a partir de 1982, entretanto, os outros países continuavam na mesma situação.

2) as políticas de substituição de importação explicam em grande medida a baixa percentagem das exportações industriais, relacionada com a estrutura produtiva, voltada com vistas principalmente para o mercado interno. Essa característica se expressa pela tecnologia dos seus produtos, processamento, infraestrutura e fabricação.

3) o padrão de consumo da grande massa é guiado pelo desejo por reproduzir os modos dos países avançados, em especial os Estados Unidos. A questão é que o estilo de vida em referência foi criado em um país com o PIB per capita sete vezes maior do que o da América Latina, a época de 1980. Esses produtos foram inseridos nos países latinos em uma proporção maior do que o conhecimento e as instituições necessárias para a formulação dos mesmos.

4) a atenção dos países latinos volta-se para as indústrias de pequeno e médio porte, enquanto os setores industriais mais dinâmicos em tecnologia e portadores do progresso técnico não exercem sua função de catalisador do desenvolvimento. Com isso, justifica-se a ausência da falta de incentivo e oportunidades ao investimento, e de proteção e elevação permanente do crescimento econômico. As atividades de pesquisa e desenvolvimento são pouco fomentadas.

Fajnzyblber (2010) verificou que é imprescindível para o desenvolvimento integrado e com equidade a inserção no mercado internacional com produtos dinâmicos em tecnologia.

A experiência regional e internacional sugere que, para atingir os objetivos gerais do desenvolvimento, é preciso avançar simultaneamente rumo à articulação econômica social interna e a uma sólida participação na economia internacional. É uma ilusão aspirar a essa participação excluindo parcialmente certos setores sociais e certas regiões, uma vez que as tensões sociais latentes traduzem-se inexoravelmente em incerteza e, em última instância, comprometem o investimento e o crescimento. (FAJNZYLBBER, 2000, p. 871)

Fica clarividente a preocupação de Fajnzyblber na inserção dos países no mercado internacional, fundado no desenvolvimento industrial com equidade distributiva. Suzigam e

Fernandes (2004, p. 168) expõem as ideias de Fajnzylber com o conceito de competitividade sistêmica, buscando “um processo de desenvolvimento capaz de engendrar uma sociedade mais justa, menos excludente”.

Frente ao fato da competitividade sistêmica, as políticas industriais devem tratar do sistema econômico como um todo, pois “o funcionamento da economia depende de um conjunto de sinergias e externalidades” (SUZIGAM; FERNANDES, 2004, p. 172), criando estímulos de competição para as instituições, devendo privilegiar setores da indústria em específico, em função das distintas intensidades tecnológicas e padrões de inserção internacional. Ademais, o fomento às atividades industriais aumenta a dinâmica intra e extra setorial.

a PI, além da intervenção em setores ou indústrias específicas, inclui os efeitos industriais das políticas macroeconômicas e as medidas em outras áreas (C,T&I , infraestrutura, educação, comércio exterior, financiamento, incentivos, competição, regulação). Levando em conta as relações entre concorrência e ambiente econômico, estratégias das empresas e estruturas de mercado, a PI é vista como uma forma de intervenção ativa e ampla. (SUZIGAM; FERNANDES, 2004, p. 166)

A crise econômica mundial durante os anos de 1973 e 1983 fez com que os países fossem obrigados a reestruturar o seu setor produtivo, com estratégias de manutenção do dinamismo industrial inserido em um novo padrão tecnológico baseado na microeletrônica. Os países asiáticos, em especial o Japão e os novos países industrializados, se tornaram protagonistas na competitividade internacional a um ritmo acelerado de crescimento industrial e de reestruturação produtiva, entretanto as taxas de crescimento não eram tão surpreendentes quanto as obtidas na época de ouro do pós-guerra. Japão e Alemanha por serem países com falta de recursos naturais tiveram que lograr uma posição de destaque no comércio de manufatura no mercado internacional, primordialmente, por condicionantes estruturais de políticas econômicas e industriais, com o aumento da produtividade via incorporação de progresso técnico.

De acordo com Suzigan e Fernandes (2004) os principais fatores condicionantes para Japão, Alemanha e os NIC's asiáticos lograrem de uma posição de destaque no mercado internacional são: a manutenção dos níveis de investimento, alocação dos recursos para setores estratégicos, reformulação da legislação trabalhista, substituição das formas hierárquicas de relações verticais para de cooperação horizontal, reformas no sistema educacional, a apropriação dos países em setores com vantagens comparativas, a utilização de políticas que fomentem o perfil industrial de cada país em específico.

aplicação das políticas destinadas a comprimir sistematicamente o consumo e estimular a poupança; mecanismos destinados a garantir que a poupança existente se canalize para o investimento ; fixação de parcelas de investimento para áreas prioritárias; regulações no sistema financeiro; controle da saída de capitais; incentivos a programas setoriais; conjunto de disposições orientadas a favorecer a aquisição de tecnologia no exterior; concessão de privilégios tributários para áreas de maior conteúdo técnico e taxas mais altas para o setor financeiro; políticas restritivas quanto ao investimento estrangeiro na indústria; controle das importações. Além disto, o setor público deveria exercer fortes controles para impedir desequilíbrios macroeconômicos. (FAJNZYLBER 1988 in SUZIGAN; FERNANDES 2004, p. 177)

Nas políticas adotadas na América Latina e nos seus pífios resultados econômicos, verificou-se que:

O aumento da competitividade, quando é resultado de desvalorizações cambiais, do aproveitamento da mão-de-obra barata e de linhas de crédito subsidiadas, etc, permite apenas a obtenção de vantagens comparativas estáticas, não sendo suficiente para possibilitar um melhoramento sólido da competitividade de um país, pois não possibilita o aumento da produtividade nem estimula a incorporação do progresso técnico. Pelo contrário, tende a deteriorar a condição social, o que inviabiliza ainda mais uma inserção internacional mais eficiente. (SUZIGAN; FERNANDES, 2004, p. 179)

Assim, fica evidente que o tipo de industrialização é fundamental para o desenvolvimento nacional, então, a condição para superar os entraves do subdesenvolvimento “passa pela necessidade de estabelecer um novo modelo baseado na competitividade e na melhor inserção externa”, priorizando a integração das cadeias de bens intensivos em tecnologia. (MISSIO, JAYME, OREIRO, 2013)

A história das trajetórias econômicas periféricas evidenciam que não houve um fortalecimento do setor industrial no âmbito nacional, pelas questões estruturais acima mencionadas e principalmente pela pouca inserção no mercado internacional em produtos de alta tecnologia. Com isso, a partir dos anos de 1970 inicia um processo de enfraquecimento industrial dos países, conceito esse que será explorado na seção 2.4.

3.3 O FENÔMENO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO

O processo de desenvolvimento das economias é marcado por mudanças nas composições dos setores e no valor adicionado total do produto. Segundo Squeff (2012), inicialmente a agricultura concentra maior parte do emprego e do valor adicionado na economia. Após, o setor industrial ganha destaque absorvendo grande parte da mão de obra, tanto da agricultura como de serviços. Na fase seguinte, o setor de serviços começa a crescer e

absorver a maior parte do valor adicionado e do emprego total, fato que vem ocorrendo nas economias desenvolvidas, com a redução da indústria na participação do produto agregado e de emprego total da economia, porém com características diferentes das economias em desenvolvimento.

O conceito clássico de desindustrialização foi definido por Rowthorn e Wells (1987) apud Arend (2013) como sendo a persistente redução da participação da indústria tanto no produto agregado como na participação do emprego total. O processo de desindustrialização segundo os autores pode ser definido como natural ou precoce. A desindustrialização precoce é entendida pela diminuição da produção ou pelo aumento da produtividade, assim se observa uma contração na estrutura produtiva. Fato em que ocorre em economias com abundância de recursos naturais, assim como em países que passaram por reformas liberais, promovendo a abertura comercial e financeira. Em contraponto, a desindustrialização natural pode ser entendida como um processo no qual as economias desenvolvidas adentraram em uma nova etapa do desenvolvimento econômico, onde a indústria apresenta uma diminuição na participação do produto agregado, enquanto o setor de serviços apresenta ganhos significativos. Esse processo ocorre de maneira relativa nas economias desenvolvidas, em que não gera qualquer redução no nível de salário ou no produto per capita. (apud, OREIRO, FEIJÓ, 2010)

Oreiro e Feijó (2010) esclarecem que:

a desindustrialização não está necessariamente associada a uma “re-primarização da pauta de exportação”. Com efeito, a participação da indústria no emprego e no valor adicionado pode se reduzir em função da transferência para o exterior das atividades manufatureiras mais intensivas em trabalho e/ou com menor valor adicionado. Se assim for, a desindustrialização pode vir acompanhada por um aumento da participação de produtos com maior conteúdo tecnológico e maior valor adicionado na pauta de exportações. (OREIRO, FEIJÓ, 2010, p. 222)

De acordo com Silva (2013) a desindustrialização acontece pela interação de alguns fatores, como:

- 1) produtividade: como os ganhos de produtividade tendem a ser maior na indústria, há uma diminuição dos preços dos produtos manufaturados, de modo que diminua a sua participação no PIB;
- 2) elasticidade da demanda da indústria: o aumento da renda per capita, leva a redução da elasticidade da demanda por produtos industriais ocasionando uma diminuição relativa no PIB;

- 3) terceirização: quando os serviços passam a ser terceirizados eles não são contabilizados como emprego industrial;
- 4) nova divisão internacional do trabalho: os países industrializados terceirizam a produção para outros com mão-de-obra mais barata, tornando-os mais competitivos e ficando responsável por serviços de maior valor agregado na cadeia produtiva;
- 5) investimento: a participação da indústria no PIB é proporcional ao nível de investimento, ou seja, se o investimento for baixo a participação da indústria também será;
- 6) doença holandesa: países que têm vantagens comparativas na exportação de produtos do setor primário ou de serviços, tendem a apreciar sua taxa de câmbio real efetiva, o que prejudica o setor industrial.

Segundo Rowthorn e Ramaswamy (1999), o processo de desindustrialização pode ser ocasionado por fatores endógenos e/ou exógenos. Contribuem para fatores endógenos a mudança na relação entre a elasticidade renda da demanda por produtos industrializados e serviços, e o crescimento acelerado da produtividade da indústria em relação aos serviços. Os determinantes exógenos relacionam-se com o nível de integração comercial e produtivo dos países no processo de divisão internacional do trabalho. (apud, OREIRO, FEIJÓ, 2010)

Tregenna (2009), conforme cita Oreiro e Feijó (2010), redefiniu de maneira mais abrangente o conceito “clássico” de desindustrialização, fazendo uma análise do PIB industrial *per capita*. A desindustrialização pode ser um processo natural do desenvolvimento econômico quando a maturidade da dinâmica já foi atingida, adentrando em uma fase que o setor do serviços tem um peso maior nas contas nacionais e a economia apresenta um constante crescimento no PIB *per capita*. Entretanto pode ocorrer de forma precoce, antes de completar a maturidade para tal transição, acontecendo um processo de desindustrialização precoce e nocivo às economias, em que o país não acompanha o nível de crescimento do PIB *per capita* dos países desenvolvidos.

SÍNTESE CONCLUSIVA

Compreende-se em termos teóricos as assimetrias regionais no sistema capitalista, enraizado nas estruturas econômicas, políticas e sociais, sendo expressas no grau de competitividade das economias periféricas no mercado mundial, em que a pauta de exportações é primário-exportadora, criando uma dependência de produtos de alta tecnologia para suprir a demanda interna. Como proposta para superação da fraca produtividade os autores das correntes estruturalistas propõem uma industrialização voltada para setores intensivos em tecnologia,

fomentado por intermédio de pesquisa e desenvolvimento, e que promova um crescimento com equidade.

O progresso técnico depende muito da sinergia entre os agentes econômicos, principalmente os tomadores de decisão como são o Estado e os capitalistas industriais. O primeiro com políticas fiscais e cambiais para que possa fortalecer a indústria nacional, gerando um encadeamento e promovendo ganhos de escala e encadeamento nos diversos setores.

Identificados os principais pontos a serem vistos no trabalhos, os seguintes capítulos irão analisar de forma empírica o marco teórico antes explicitado. Primeiramente, será feita uma análise da trajetória global do sistema capitalista nas últimas décadas, apresentando as principais discrepâncias regionais e quais as principais razões para essas jornadas econômicas assimétricas. Então será abordado o foco principal do estudo com a análise comparativa entre as economias industriais do Brasil e do México. E por fim, será concluído o trabalho com as considerações sobre o mesmo.

4 TRAJETÓRIAS INDUSTRIAIS E ASSIMETRIAS REGIONAIS

A presente seção busca contextualizar a América Latina no sistema mundial, apresentando o processo de desenvolvimento da indústria ao longo das últimas décadas, destacando as trajetórias diferenciadas que os países capitalistas têm demonstrado. Esse fenômeno vem se caracterizando por desempenhos desiguais e heterogêneos, no qual as economias desenvolvidas vem perdendo participação em detrimento dos países em desenvolvimento. Dentre as tantas mudanças ocorridas a partir da década de 1980, pode-se destacar a revolução tecno-produtiva baseada na tecnologia microeletrônica e a nova dinâmica do fluxo de capitais internacionais que desencadeia a partir desse novo paradigma tecnológico.

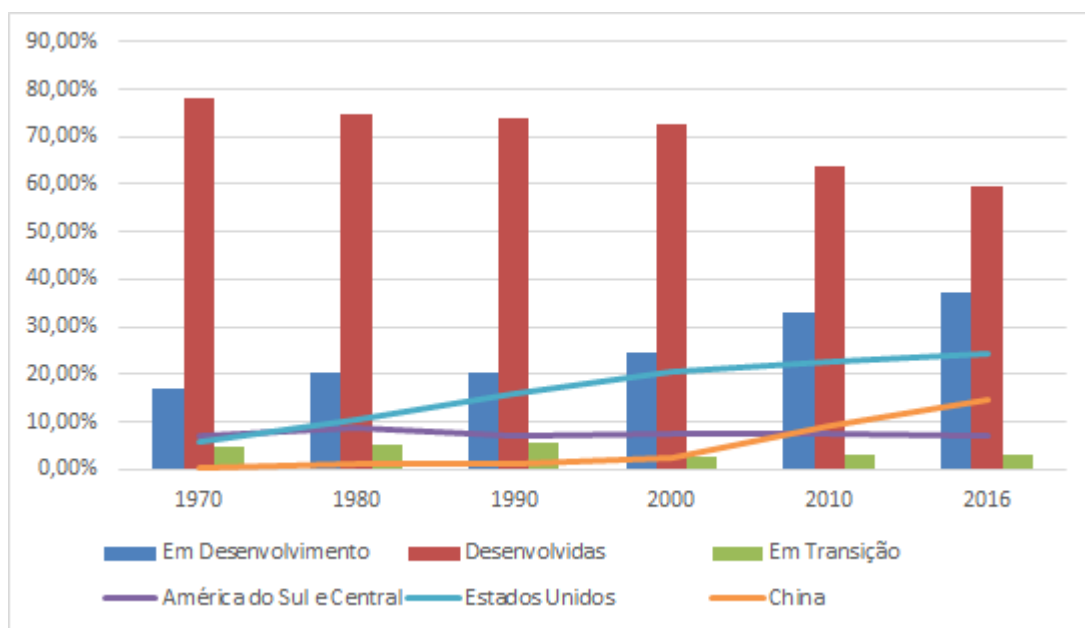
O conjunto de transformações acontece numa magnitude sistêmica, afetando todos os setores da estrutura produtiva, seja ela técnica, concorrencial, patrimonial, ou por razões de padrões de consumo, culturais, etc. Por esse lado, Cassiolato e Lastres (2005) e Guimarães et al (2007) apud Hiratuka e Sarti (2015) destacam às transformações que ocorrem no interior da indústria e os seus diferentes setores, de acordo com Guimarães et al (2007) apud Hiratuka e Sarti (2015, p. 9), “mais importantes que as assimetrias tecnológicas, são as assimetrias que implicam a impossibilidade de acessar, compreender, absorver, dominar, usar e difundir conhecimento” (p. 217). Pelo outro lado existe um *gap* em termos de desenvolvimento industrial, que é percebido pela diferença relativa de um padrão observado com os países avançados, podendo ser de participação da indústria no PIB, ou de participação dos diferentes setores ou grupo de setores do total da indústria.

As seções a seguir elucidam a mudança na geografia produtiva da indústria mundial ao longo do tempo, inicialmente analisando a participação das regiões no PIB mundial e a disparidade entre as economias desenvolvidas e as demais, na seção 3.2 o enfoque será para a participação das economias no produto manufatureiro, o valor adicionado e a composição tecnológica dos produtos. A participação das regiões no comércio internacional é o tema abordado na seção 3.3, já destacando a participação da China em relação aos outros países. Na seção 3.4 demonstra-se dados referentes aos fluxos e estoques de investimento externo direto (IED), posteriormente, são apresentados o desempenho dos maiores produtores manufatureiros dos últimos anos.

4.1 PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO PIB MUNDIAL

Os desempenhos industriais tem-se demonstrados heterogêneos e desiguais, e para tentar explicar tal fato, a seguir serão expostos gráficos com base nos dados extraídos da UnctadStat, em dólares constantes de 2010. O gráfico 1 mostra que a participação dos países em desenvolvimento no PIB global é crescente nas últimas décadas, e nesse contexto, a articulação entre produção, exportação de manufaturas e desenvolvimento industrial e econômico mudou significativamente, com a emergência da região asiática. O deslocamento da atividade industrial tem se guiado em direção a China, tornando-se um centro mundial produtor de manufaturas. (HIRATUKA, SARTI, 2015)

Gráfico 1 - Participação percentual no PIB global no período de 1970-2016: regiões e países selecionados.



Fonte: elaboração própria a partir de dados da UnctadStat.

OBS: PIB em US\$ constantes de 2010.

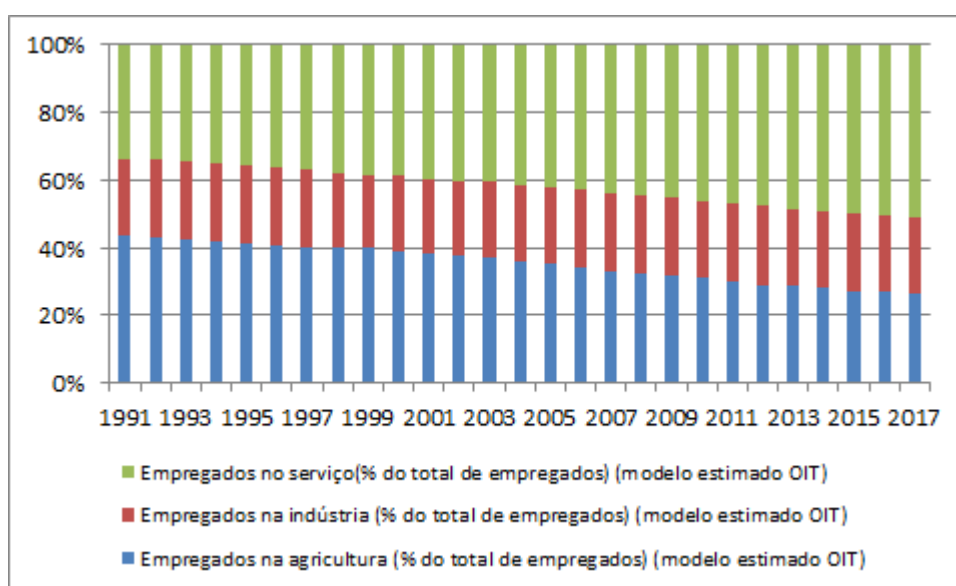
Ao longo do período de 1970 a 2016 nota-se a tendência de ganhos de participação no PIB global para os países em desenvolvimento, em detrimento dos países desenvolvidos. A América do Sul e Central tem uma elevação a partir de 1970 alcançando o pico de 8,56%, todavia depois de 1980 tem uma participação média de 7,33%. Os Estados Unidos foi o país que mais aumentou sua participação no montante global de produção, passando de 5,69% em 1970 para 24,17% em 2016. A China se destaca como o país da Ásia em desenvolvimento que

mais aumentou sua participação proporcionalmente, apesar da pífia participação em 1970 de 0,47%, alcança o patamar de 1,09% em 1980, porém decresce para 1,05% em 1990, porém, a partir de 2000 tem ganhos crescentes e chega a 14,48% da participação no PIB global no ano de 2016.

O desempenho dos países da América do Sul e Central está intimamente ligado a capacidade do Brasil de ingressar na economia mundial, porém, a soma de todos os países latinos não chega a um terço da participação dos Estados Unidos. Enquanto a ascensão dos países asiáticos está associado às inovações tecnológicas feitas pelo Japão e a capacidade produtiva que a China vem demonstrando nos últimos 20 anos.

As revoluções tecnológicas afetam diretamente o mercado de trabalho mundial, e como apresentado no gráfico 2 o setor que mais tem sofrido com a mecanização da mão de obra é a agricultura. No ano de 1991 a agricultura concentrava a maior parte dos trabalhadores com 43,28%, enquanto o setor de serviços detinha 33,64% e a indústria detinha 23,07% da mão de obra. Com o passar dos anos houve uma guinada gradativa do setor agrícola para o de serviços, em 2015 o setor de serviços já tem mais da metade dos trabalhadores ativos, chegando ao nível de 51,09% em 2017. Em razão do baixo crescimento da indústria mundial nos últimos anos, o setor não foi capaz de absorver a quantidade de trabalhadores que aos poucos foi sendo despejado dos campos, mantendo sem muita variação neste período de 1991 a 2017, com níveis entre 22% e 23%.

Gráfico 2 - Empregos mundiais por setor de 1991-2017.



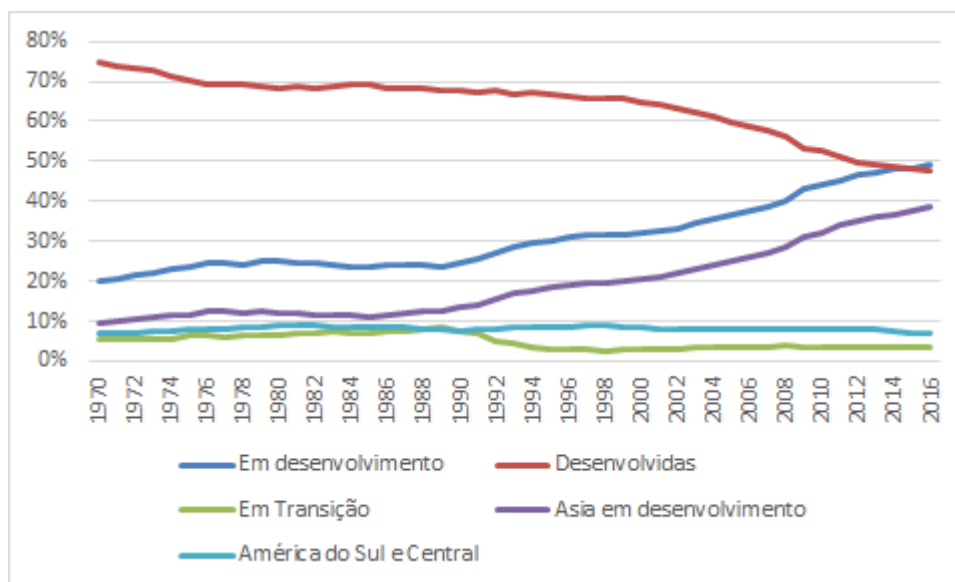
Fonte: elaboração própria a partir do dados do Banco Mundial.

Nas seções a seguir a ênfase será para evidenciar o processo de desenvolvimento industrial diferenciado dos países e regiões da economia mundial ao longo das últimas décadas, destacando o papel dos países periféricos da América e Ásia, e a reconfiguração geográfica da produção manufatureira mundial. Há características intrínsecas para cada região que tornam o processo de desenvolvimento manufatureiro não equânimes e desiguais.

4.2 PRODUTO INDUSTRIAL

O desenvolvimento dos países capitalistas tem demonstrado uma heterogeneidade nos desempenhos nacionais, apontando para uma divergência estrutural nas trajetórias industriais de cada país em específico. Pela análise do gráfico 3 percebe-se que o sistema mundial industrial vem passando por um processo de transformação nas últimas décadas, em que os países em desenvolvimento vem aumentando a sua participação na manufatura mundial em detrimento das economias desenvolvidas.

Gráfico 3 – Participação em percentual dos países em desenvolvimento, desenvolvidos, em transição, América do Sul e Central e Ásia em desenvolvimento na manufatura mundial no período de 1970-2016.



Fonte: elaboração própria a partir de dados da UnctadStat.

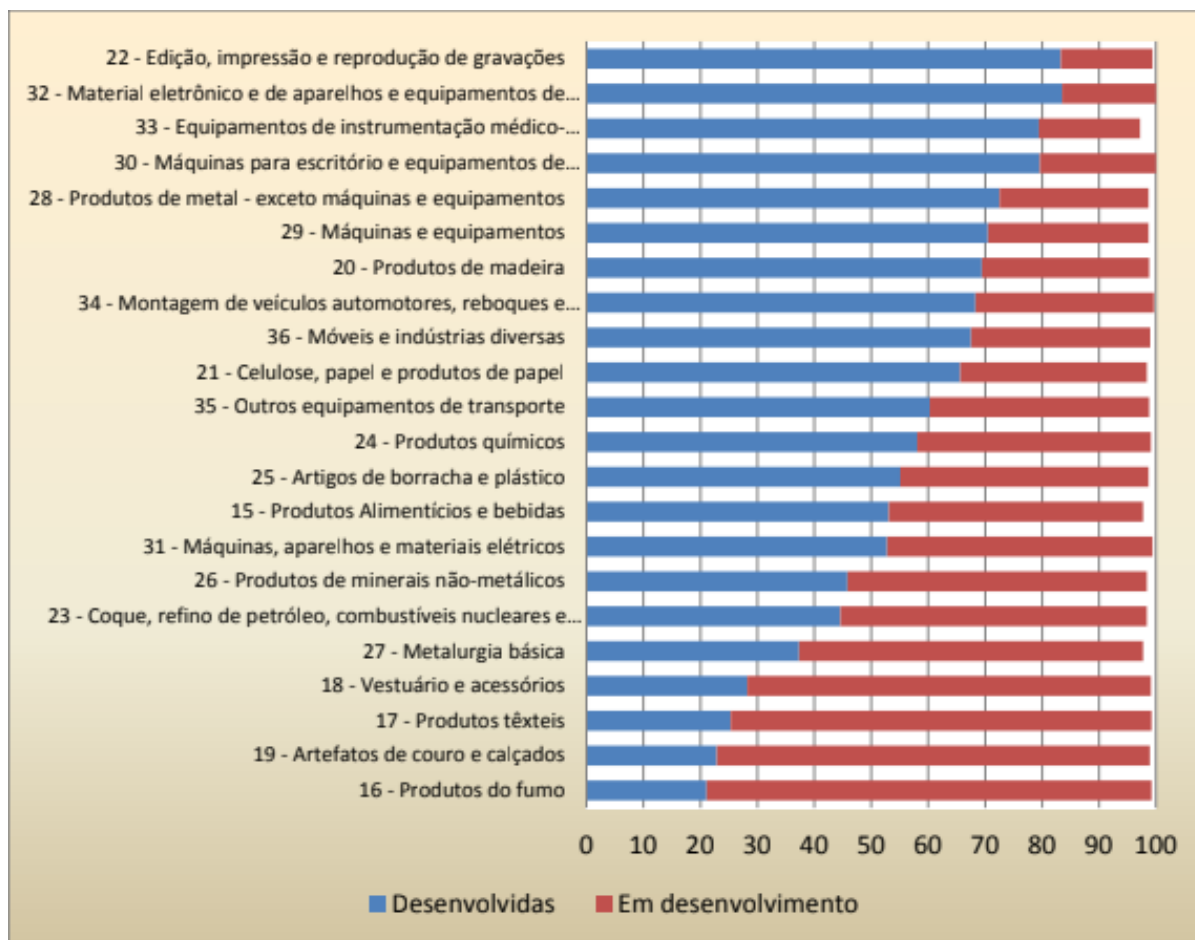
OBS: PIB em US\$ constantes de 2010.

Conforme demonstrado no gráfico 3, no ano de 2016 os países em desenvolvimento superaram os desenvolvidos na participação do produto mundial com 49,18%, enquanto os

desenvolvidos tiveram uma participação de 47,59%. Até o ano de 1990 a disparidade da produção manufatureira era muito forte, e a partir de então os países desenvolvidos apresentaram uma queda persistente da participação na indústria manufatureira mundial. A região da América do Sul e Central está desde 1970 abaixo dos 10%, e em 2016 chegou no seu pior desempenho anual com a participação de 6,96%. Situação contrária a região da América do Sul e Central vem acontecendo na Ásia em desenvolvimento, sendo pioneira no processo em que as economias em desenvolvimento vem tomando a frente na manufatura mundial. Nas últimas quatro décadas tiveram ganhos crescentes no produto manufatureiro global: 9,36% em 1970, 12,01% em 1980, 13,38% em 1990, 20,61% em 2000, 32,25% em 2010 e 38,85% em 2016.

Cabe a ressalva de que apesar dos ganhos crescentes dos países em desenvolvimento no produto manufatureiro nos últimos anos, alavancados pelos países do leste asiático, os setores tecnologicamente mais avançados ainda aglomeram-se principalmente nos países desenvolvidos. Dessa forma, a capacidade de apropriação de valor nos estágios das cadeias produtivas globais é assimétrica. As etapas nucleares constituem-se ainda nos países desenvolvidos, enquanto as demais são geralmente realizadas nos países em desenvolvimento. O gráfico 4 confirma a afirmação anterior, demonstrando o valor adicionado da indústria de transformação no ano de 2010, entre as economias desenvolvidas e em desenvolvimento. (AREND, 2013)

Figura 1 – Distribuição mundial do valor adicionado da indústria de transformação em 2010 (em percentual): economias desenvolvidas e em desenvolvimento.

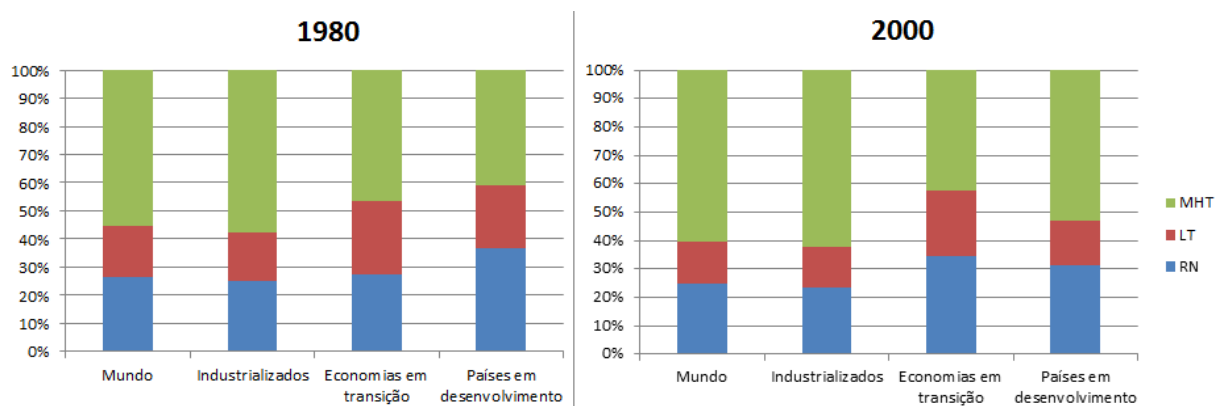


Fonte: Arend (2013)

O gráfico 4 mostra que nos setores industriais tecnologicamente avançados os países em desenvolvimento chegam a comandar mais de 80% do valor adicionado mundial, como edição, impressão e reprodução de gravações e material eletrônico. Enquanto os países em desenvolvimento apresentam maior participação no setor de commodities industriais, como: produtos do fumo, têxteis e de calçados.

Todavia, apesar das atividades de alta tecnologia se concentrarem nos países desenvolvidos, o gráfico 5 mostra que os países periféricos estão especializando os setores industriais e intensificando a produção para setores de alta e média tecnologia, em detrimento dos intensivos em recursos naturais e de baixa intensidade tecnológica. Nota-se que a economia global como um todo, tanto os países industrializados como os em desenvolvimento, estão melhorando a composição do produto industrial transferindo suas atividades para os intensivos em média e alta tecnologia.

Gráfico 4 - Composição do produto por intensidade tecnológica nos anos de 1980 e 2000 (em %): mundo, países industrializados e em desenvolvimento.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da UNIDO apud Sarti e Hiratuka (2010, Projeto PIB)

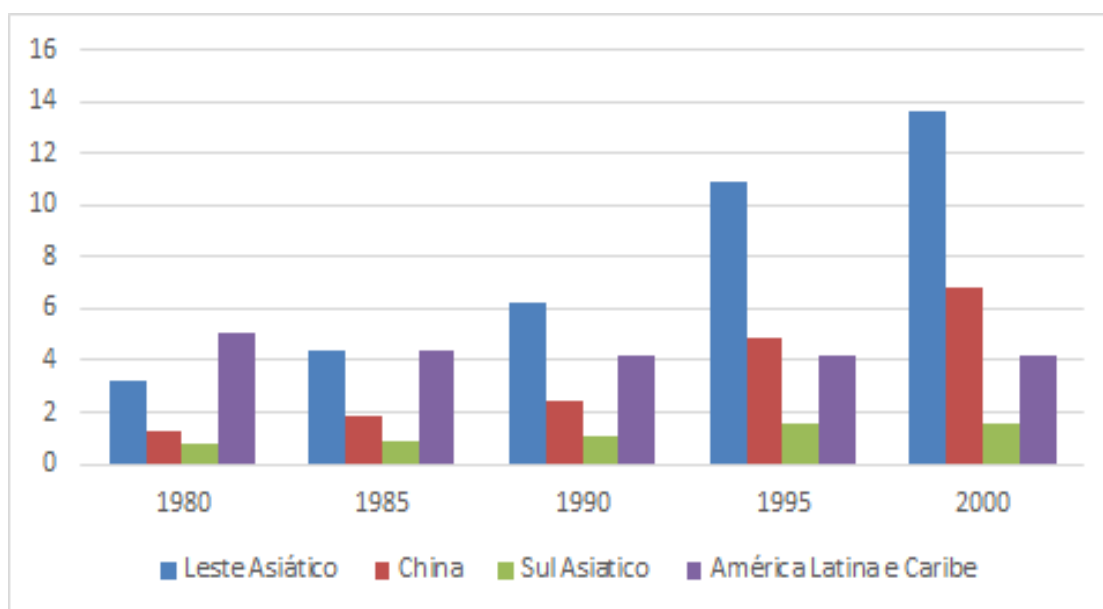
De acordo com o gráfico 4, em 1980 o produto industrial global era composto por 26,6% de recursos naturais, 17,7% de baixa intensidade tecnológica e 55,4% de média e alta intensidade tecnológica. Nos países industrializados a participação dos setores intensivos em média e alta tecnologia era de 57,6%, enquanto nos países em desenvolvimento era de 40,8%. O setor de recursos naturais era bastante expressivo no produto dos países em desenvolvimento, com uma participação de 36,5%.

No ano de 2000 houve uma queda dos produtos intensivos em recursos naturais e de baixa intensidade tecnológica na composição mundial, com 24,8% e 14,8% respectivamente, ao passo que os de média e alta intensidade tecnológica chegaram a 60,6% do produto industrial. O destaque fica para os países em desenvolvimento que ultrapassaram 50% da sua composição industrial para os setores intensivos em média e alta tecnologia, em detrimento dos setores intensivos em recursos naturais e baixa intensidade tecnológica.

A disparidade regional entre os países da América Latina e Caribe em relação ao Leste Asiático é elucidada pelo gráfico 5, que apresenta a participação percentual dos produtos de média e alta intensidade tecnológica no produto manufatureiro mundial. A região do leste asiático teve ganhos crescentes de participação no produto manufatureiro mundial, passando de 3,2% em 1980 para 13,6% em 2000. O país em destaque na produção de manufaturas mundiais intensivas em alta tecnologia é a China, chegando a 6,8% em 2000. O sul asiático não consegue acompanhar os níveis de crescimento do leste e de 1995 a 2000 manteve-se estagnado com a participação de 1,6%.

A dinâmica industrial dos países asiáticos é confrontada com o baixo dinamismo da América Latina e Caribe, que teve uma queda de 5,1% em 1980 para 4,2% em 1990. A partir deste ano, a região ocidental manteve o mesmo nível de produto intensivo em média e alta tecnologia, sendo de 4,2% até o ano de 2000. O Brasil que detinha 2,61% em 1980 chega a 2010 com 1,83%, a Argentina que em 1970 tinha 1% chega a 2010 com 0,59%, e o México apresentando uma trajetória volátil alcança 1,83% do produto manufatureiro global, assim como o Brasil.

Gráfico 5 - Participação percentual dos produtos de média e alta tecnologia no produto manufatureiro mundial nos anos de 1980, 1985, 1990, 1995 e 2000: América Latina e Caribe, Leste Asiático, Sul Asiático e China.



Fonte: elaboração própria a partir de dados da UNIDO apud Sarti e Hiratuka (2010; Projeto PIB).

A seguir serão apresentados dados sobre o comércio exterior mundial nas últimas décadas, seguindo a linha desta seção com ênfase a cesta de produtos exportados pelas regiões da América Latina e Ásia de acordo com a intensidade tecnológica.

4.3 COMÉRCIO EXTERIOR

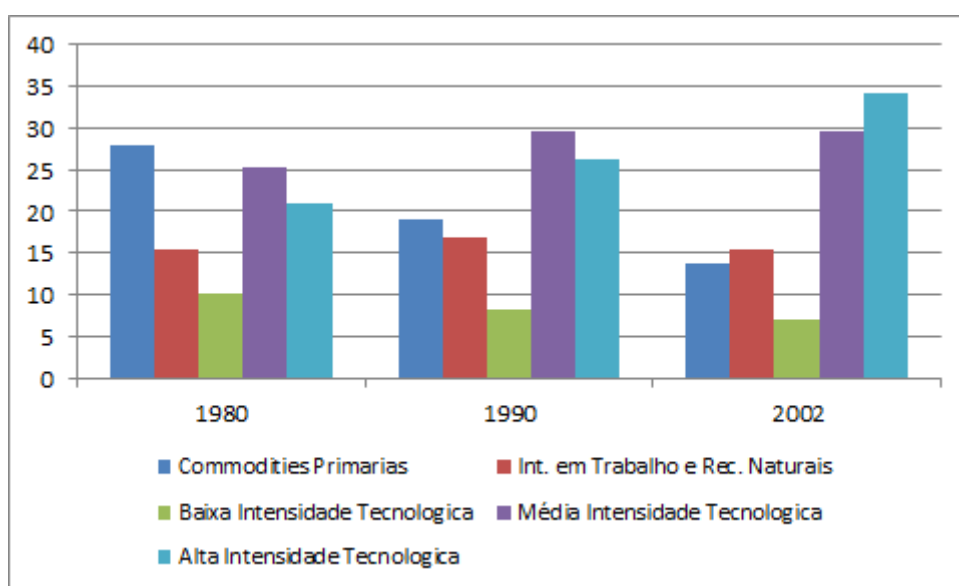
O comércio internacional no mercado mundial tem se intensificando ao longo dos últimos anos com o processo de globalização que está em marcha desde a década de 1980. É fundamental compreender que a concorrência no nível global vem se acirrando em atividades

consideradas de ponta, fazendo com que os países adotem estratégias e políticas de desenvolvimento que fomentem a manufatura nacional. Como destacam Sarti e Hiratuka (2015),

A China, criou um ambiente onde surgiram novos competidores com capacitações produtivas e manufatureiras diferenciadas para produção com baixo custo em diversos setores e etapas das cadeias produtivas, ao mesmo tempo que as empresas líderes globais acentuam seu esforço para desenvolver, adquirir e dominar os ativos chave, capazes de manter o comando sobre as cadeias de valor internacionais, reforçando barreiras a entrada nessa dimensão superior. (Sarti; Hiratuka, 2015, p. 17)

Os produtos de alta intensidade tecnológica vêm aumentando constantemente sua participação no comércio internacional em detrimento principalmente das commodities primárias e os produtos de baixa intensidade tecnológica. De acordo com o gráfico 6 em 1980 as commodities primárias era o conjunto de maior fluxo no mercado mundial com 28% da participação, seguido pelos de média intensidade tecnológica com 25,4%. A manufatura de média intensidade desde 1980 teve a menor participação, e foi decrescendo ao passar dos anos, com a média de 8,53% de 1980 a 2002. Em compensação os produtos de alta intensidade tecnológica têm ganhos crescentes de participação no comércio exterior, com taxas de: 20,9% em 1980, 26,3% em 1990, e 34,1% em 2002.

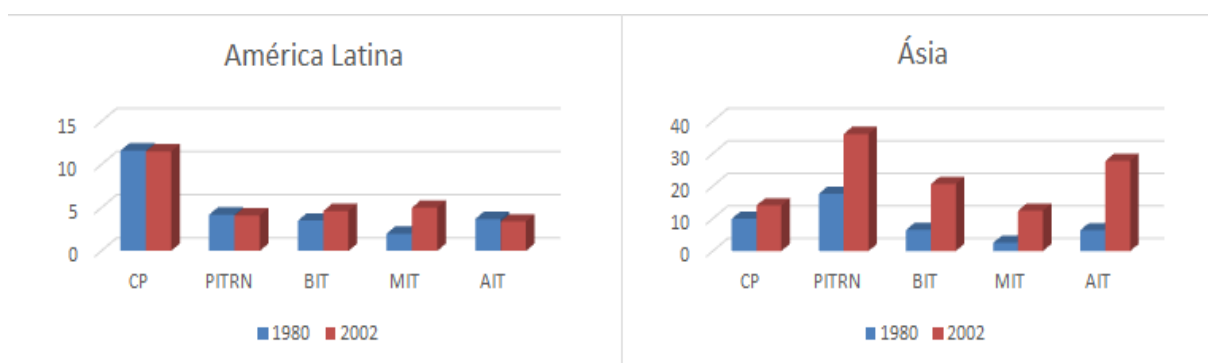
Gráfico 6 - Comércio internacional por intensidade tecnológica - participação relativa em 1980, 1990 e 2002.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da UnctadStat apud Sarti e Hiratuka (2010, Projeto PIB).

Aprofundando o tema sobre o comércio internacional, o gráfico 7 apresenta a participação relativa nas exportações dos países em desenvolvimento da Ásia e América Latina nos anos de 1980 e 2002, evidenciando o baixo desempenho dos países latinos, baseados principalmente commodities primárias, com a participação de 11,6% e 11,5% respectivamente. As únicas categorias que tiveram um pequeno aumento foram a de baixa intensidade tecnológica, passando de 3,5% em 1980 para meros 4,6% em 2002, e de média intensidade de 2% para 5%. Os produtos de alta intensidade tecnológica tiveram uma queda na participação das exportações nesse período, de 3,7% para 3,4%.

Gráfico 7 - Participação relativa dos países em desenvolvimento da Ásia e da América Latina nas exportações mundiais por categoria tecnológica - 1980 e 2002 (%)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da UnctadStat apud Sarti e Hiratuka (2010, Projeto PIB).

A Ásia por sua vez teve ganhos consideráveis em todas as categorias tecnológicas, aumentando fortemente sua participação nas exportações mundiais. Especializou sua estrutura produtiva e investiu em tecnologias de ponta, o que fez com que desse um salto nas exportações de produtos de alta intensidade tecnológica, que era de 6,4% em 1980 e chega a 27,7% em 2002. A China que em 1980 teve a participação de 0,8% em produtos de alta tecnologia alcança o nível de 5,4% em 2002, crescimento acompanhado pela Coreia do Sul numa magnitude um pouco menor. O Brasil decresceu sua participação que era de 0,8% em 1980 para 0,5% em 2002, enquanto o México foi o único dos grandes países latinos a ter ganhos de participação na categoria de alta intensidade tecnológica, era de 1,2% em 1980, duplicando para 2,4% em 2002.

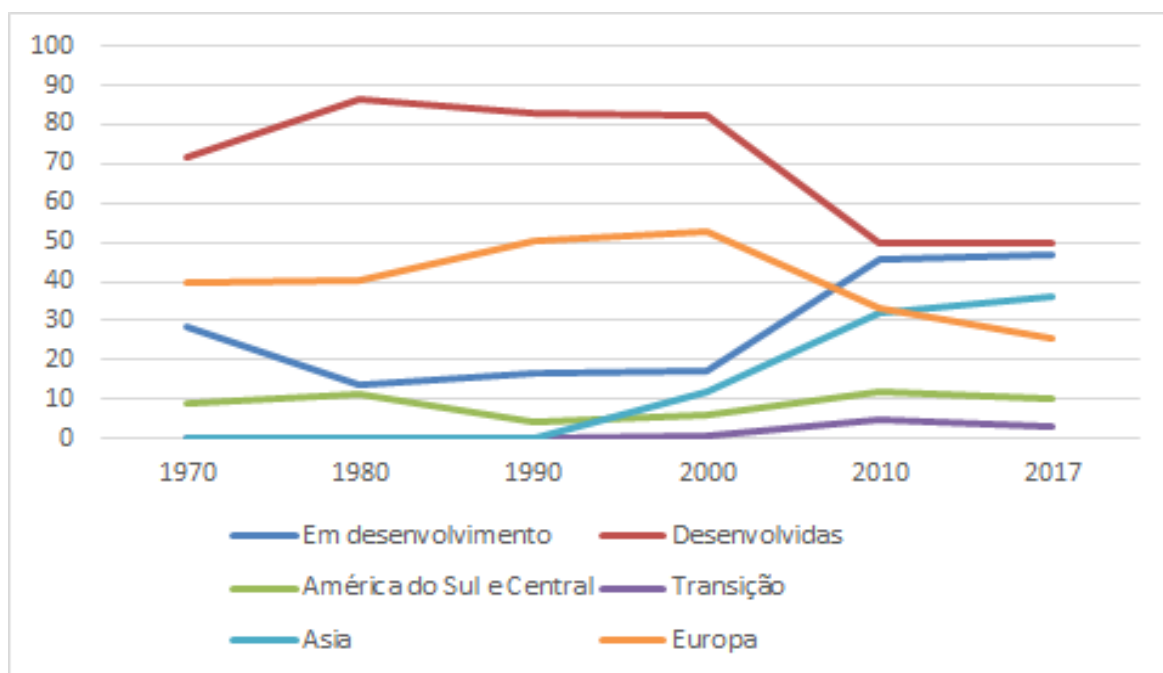
4.4 INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO – IED

O objetivo dessa seção é apresentar dados referentes ao fluxo e estoque de investimento externo direto mundiais, nos quais são imprescindíveis para o impulsionamento da indústria nacional. Na história recente das economias emergentes e desenvolvidas, o sucesso de suas trajetórias está relacionado ao protecionismo das empresas nacionais mas também a capacidade das regiões para absorção de capital externo para investimento. Com a falta de poupança interna, os países veem o IED como uma alternativa ao fomento da indústria, sendo assim adotam políticas econômicas que sejam atrativas a vinda de capitais e para que não haja uma fuga em massa.

O gráfico 8 demonstra que a maior parte do fluxo de IED mundial esteve até agora concentrada nos países desenvolvidos com seu pico dentre os anos de 1980 e 2000. As economias em desenvolvimento que recebiam 28,40% em 1980 decaíram sua participação no período entre 1980 e 2000, quando tiveram um salto que passaram de 17,04% em 2000 para 46,90% em 2017. A Unctad não apresenta dados para a Ásia até a década de 1990, entretanto a região já recebia remessas de IED ao longo desse período, montante que só foi crescendo com o passar dos anos e chega a 2017 com 36,16% do total do fluxo mundial de IED.

Como pode ser observado, a América Latina é desde a década de 1970 destino certo para o investimento de capital estrangeiro, após o período áureo da década de 1970 a região atinge 11,07% em 1980, contudo, com a crise de estagflação que se instaura na região em meados dos anos de 1980 a região recebe apenas 3,95% do fluxo mundial de capitais. Entretanto com a estabilidade econômica e a retomada de um certo equilíbrio macroeconômico, em 2010 os países da América do Sul e Central receberam 11,94%, sendo o maior montante do período.

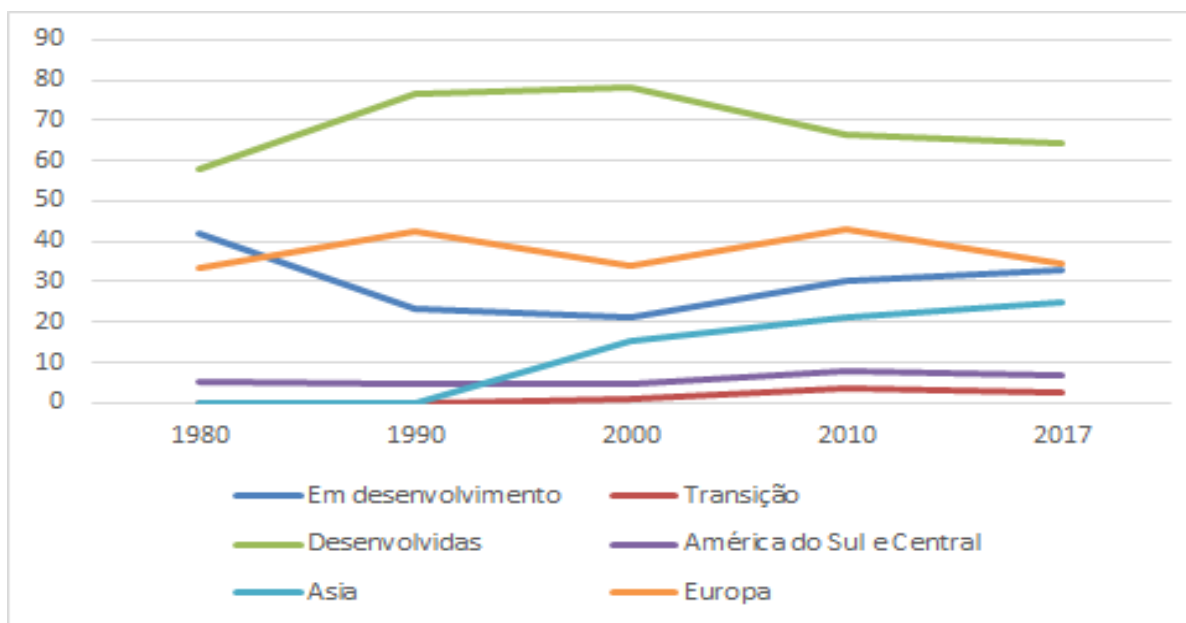
Gráfico 8 – Fluxo de IED (em %) do total mundial nos anos de 1970, 1980, 1990, 2000, 2010 e 2017 - regiões selecionadas.



Fonte: elaboração própria a partir de dados da UnctadStat.

O gráfico abaixo mostra a porcentagem de estoque de IED das regiões selecionadas em relação ao total mundial a partir do ano de 1980, e evidencia que os países desenvolvidos até o momento sempre mantiveram grande parte de capital externo em seus domínios. Os países desenvolvidos tiveram um ganho expressivo na década de 1980 e 1990 e chegaram a 78,35% de percentual do estoque de IED mundial em 2000, enquanto que os países em desenvolvimento diminuem seus estoques no mesmo período (1980: 42%; 2000: 20,21%), aumentando seus estoque a partir de então e chegando a 32,84% em 2017. A América do Sul e Central mantém um nível menor que 10% de estoque mundial de IED, com o pico em 2010 tendo 7,80%. A Unctad não apresenta dados para estoque de IED da Ásia. até a década de 1990, contudo, a região tem ganhos crescentes a partir de 2000 onde detinha 15,42%, chegando a 21,10% em 2010 e 24,90% em 2017.

Gráfico 9 - Estoque de IED (em %) do total mundial nos anos de 1980, 1990, 2000, 2010 e 2017- regiões selecionadas.



Fonte: elaboração própria a partir de dados da UnctadStat.

Corroborar-se assim com a importância do fluxo e estoque de IED para a fomento e desenvolvimento da indústria manufatureira e intensiva e alta tecnologia, tornando possível as economias asiáticas em desenvolvimento se tornarem competitivas no mercado internacional, concluindo um processo em marcha de forte industrialização. Ao passo que as economias latinas mantém o mesmo nível IED e não conseguindo superar os seus limites.

4.5 OS MAIORES PRODUTORES MANUFATUREIROS

Por fim, a tabela 1 faz uma comparação entre os quinze maiores produtores manufatureiros mundiais nos anos de 2000 e 2016, notando as mudanças geográficas importantes no valor adicionado a manufatura. A tabela ratifica o que foi explanado neste capítulo com a ascensão dos países em desenvolvimento no produto manufatureiro, com destaque para o leste asiático, em especial a China e a Coreia do Sul. No ano de 2000 não há dados disponíveis para a China, contudo aceita-se que o país já tinha uma participação expressiva no produto manufatureiro. Assim na virada do século XXI os Estados Unidos eram os líderes em manufaturas com 23,51%, seguido por Japão com 14,80%, e Alemanha com 8,66%. O Brasil (2000: 7º; 2016: 9º) e México (2000: 10º; 2016: 13º) são os únicos países latinos que aparecem na lista dos 15 maiores produtos manufatureiros mundiais.

Tabela 1 - Os quinze maiores produtores manufatureiros nos anos de 2000 e 2016.

2000		2016	
United States of America	23,51%	China	23,56%
Japan	14,80%	United States of America	15,63%
Germany	8,66%	Japan	9,97%
Italy	4,62%	Germany	6,31%
France	3,61%	India	3,25%
United Kingdom	3,35%	Korea, Republic of	2,93%
Brazil	3,08%	Italy	2,42%
Canada	2,88%	France	2,30%
Spain	2,47%	Brazil	1,99%
Mexico	2,32%	United Kingdom	1,77%
Korea, Republic of	2,29%	Russian Federation	1,76%
Russian Federation	2,00%	Indonesia	1,76%
India	1,70%	Mexico	1,52%
Australia	1,27%	Spain	1,48%
Switzerland, Liechtenstein	1,23%	Canada	1,44%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da UnctadStat.

OBS: PIB em US\$ constantes de 2010.

OBS.: não há dados para a China no ano de 2000

A China assume a primeira posição alcançando a participação de 23,56% em 2017, seguida pelos Estados Unidos com 15,63% e o Japão com 9,97%. Consta-se uma ascensão da Ásia com a China (2016: 1º), Coreia do Sul (2000: 11º; 2016: 6º) e Índia (2000: 13º; 2016: 5º), em detrimento dos países europeus, Alemanha (2000: 3º; 2016: 4º), Itália (2000: 4º; 2016: 7º), França (2000: 5º; 2016: 8º), e Espanha (2000: 9º; 2016: 14º).

A tabela 2 confirma o forte processo de industrialização da China ao longo das últimas duas décadas, mostrando o crescimento do valor adicionado da manufatura *per capita*. O país que tinha um valor adicionado da manufatura *per capita* de 318,00 em 1995, chega em 2005 com 778,00 e quase triplica esse valor em dez anos alcançando 2.136,00 em 2016. Percebe-se ainda o predomínio do hiato entre as economias industrializadas (1995: 4.172,00; 2000: 4.836,00; 2005: 5.192,00; 2010: 5.252,00; 5.531,00: 2016) e em relação às economias em desenvolvimento e emergentes (1995: 339; 2000: 398; 2005: 504; 2010: 693; 2016: 883) no que concerne ao valor adicionado da manufatura *per capita*.

Tabela 2 - Valor adicionado da manufatura *per capita* nos anos de 1995, 2000, 2005, 2010 e 2016 - China, Mundo e regiões selecionadas.

	1995	2000	2005	2010	2016
Mundo	1,091	1,233	1,354	1,496	1,668
Economias industrializadas	4,172	4,836	5,192	5,252	5,531
Economias em desenvolvimento e emergentes	339	398	504	693	883
Economias emergentes (exc. China)	488	528	602	688	755
China	318	489	778	1,412	2,136
Outras economias em desenvolvimento	185	192	218	247	298

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da UNIDO

OBS: Valor adicionado da manufatura *per capita* em US\$ constantes de 2010

SÍNTESE CONCLUSIVA

As informações acima foram apresentadas para evidenciar o processo de mudança na geografia da indústria mundial que está acontecendo nas últimas décadas, mostrando a ascensão dos países em desenvolvimento no produto manufatureiro global, alavancados principalmente pelos países asiáticos. O forte aparato estatal, tecnológico e de capital, via investimento externo direto, vem fomentando o crescimento da produção nos países em desenvolvimento, principalmente em setores intensivos em alta tecnologia. Destaca-se o desempenho industrial da China que em 2000 tinha um valor adicionado da indústria *per capita* equivalente a US\$ 489,00, e no ano de 2016 chega a US\$ 2.136,00.

A América Latina além de perder participação no produto global, não vem se especializando em setores intensivos em alta tecnologia, sendo sua pauta de exportação baseada em *commodities* primárias, enquanto os países asiáticos vêm cada vez mais tendo ganhos de participação nesse setor industrial. Além de não especializar sua produção nos paradigmas de ponta a região concentra grande parte da indústria maquiladora. No próximo capítulo serão expostos dados sobre o Brasil e o México para fazer a análise de como as economias estão se comportando nas últimas décadas no sistema industrial global.

5 CICLOS INDUSTRIAIS LATINO-AMERICANOS: UMA ANÁLISE DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL E MÉXICO

Neste capítulo será apresentada a dinâmica da estrutura industrial das economias brasileira e mexicana ao longo das últimas décadas, destacando as fases do processo de industrialização dos países e enfatizando as causas e consequências desse período atual de desindustrialização. Para tal, na seção 4.1 será feita uma revisão acerca da história econômica e industrial dos países, relatando suas características convergentes e em quais questões se diferem. Nas seções seguintes serão apresentadas as variáveis e analisadas os parâmetros das trajetórias industriais das economias do Brasil e México, justificando o processo de desindustrialização na América Latina.

5.1 BREVE HISTÓRIA ECONÔMICA DA INDÚSTRIA LATINA

O desenvolvimento industrial do México e Brasil teve, conforme constata Júnior (2016), seu forte fomento a partir da década de 1940. Até a década de 1980 o desenvolvimento teve uma trajetória simétrica, com o processo de substituição de importações sendo fortemente influenciado pela CEPAL.

Ambas as economias tiveram seu processo de industrialização atrasado em relação aos países centrais e por muito tempo basearam sua pauta exportadora em gêneros agrícolas. Atenuam o foco na estrutura industrial a partir da década de 1930 contando com períodos excepcionais de crescimento podendo, para muitos especialistas, considerar seu processo de industrialização praticamente completo em determinado momento. Curiosamente, ambos acabam por sofrer uma forte estagnação na década de 1980, travando seu crescimento e ficando para trás na corrida tecnológica. A partir da intensificação no uso da microeletrônica nos países desenvolvidos, e a facilidade na incorporação dos novos processos produtivos, deixam os países subdesenvolvidos com o modelo já ultrapassado de produção fordista, enfrentando dificuldades para adentrar nesse novo paradigma.

Somados à vulnerabilidade ao ambiente externo, a partir de 1980 as economias passam por períodos de hiperinflação, baixo crescimento e instabilidade política, o que acaba por arrefecer a realização de políticas industriais e o setor manufatureiro passa a perder participação no produto nacional.

5.1.1 Formação industrial do México

A formação industrial no México tem forte influência com fim da Revolução Mexicana, onde há uma forte resistência a elite agrária do país. É uma fase marcada por transformações radicais na estrutura política e econômica do país permitindo que, em meados de 1940, houvesse condições bastante favoráveis para direcionar as políticas em prol da industrialização. (MADISSON, 1992)

O período designado como "Milagre Mexicano" aconteceu entre os anos de 1940 e 1980, engatilhado pela estabilidade política, com abundância de recursos naturais (ouro, cobre, chumbo, zinco, petróleo, etc) e influência de capital norte americano a economia cresceu uma média de 6,68% ao ano, com um incremento médio de 2,6% no PIB per capita. A inflação manteve-se em níveis razoavelmente aceitáveis a uma média de 3,5% ao ano. (MADISSON, 1992).

O Estado com forte participação e viés nacionalista foi agente importante nessa dinâmica. Com forte influência da escola Cepalina, utilizou políticas visando a substituição das importações o que foi possível utilizando os recursos poupados durante a Segunda Guerra Mundial. Promoveu investimentos em infraestrutura agrícola, transportes e energia, além da exportação de produtos subsidiados e controle sobre investimentos estrangeiros. (JUNIOR, 2016).

Num primeiro momento o governo fez maciços investimentos em maquinários para produção de bens de consumo interno, aumentando também a tributação sobre produtos internacionais, porém não obteve o mesmo sucesso com bens de produção. Essa estratégia seguiu predominante na década de 1950 e 1960 com taxas de crescimento formidáveis e inflação relativamente controlada. Na década de 1970 houve maior diversificação da estrutura produtiva possibilitando controle sobre produtos consumidos no mercado interno, entretanto ainda continuou refém da importação de grande parte dos bens de capitais utilizados.

Júnior (2016) analisa que a década de 80 foi um período de retração da economia mexicana. O preço do petróleo disparou o que, num primeiro momento beneficiou o país cuja disponibilidade deste bem era elevada, entretanto, a falta de diversificação da estrutura produtiva culminou em uma alta dependência de outros produtos, deteriorando a balança comercial e aumentando gradativamente o endividamento.

O Estado, até então nacional-desenvolvimentista, acaba permitindo a entrada do capital internacional ao final década, fragilizando o setor manufatureiro nacional, com a pauta de exportação pouco diversificada e aumento da importação de produtos voltados para o mercado

interno. O PIB demonstra uma alta retração e a indústria perde a capacidade de absorção de mão de obra. Em 1982 após anos sucessivos de endividamento externo para o fomento da política de substituição de importação, o governo do México declara moratória da dívida externa, fato que sucedeu a uma crise da dívida externa por toda a América Latina, com uma diminuição do emprego e por consequência queda da renda.

5.1.2 Formação industrial do Brasil

De maneira bastante semelhante ao ocorrido no México, os primeiros passos da industrialização Brasileira tem base nacional-desenvolvimentista e o rompimento com a elite agrária do país. Com o declínio do café em meados de 1930, um novo direcionamento passa a ser adotado. Getúlio Vargas assume o governo com o grande desafio de introduzir o país na dinâmica econômica mundial e em seus 15 anos de governo criou condições para o início da indústria.

Foram criadas instituições visando fomento à atividade industrial (IBGE, SUMOC), com políticas de expansão de crédito e presença de empresas públicas na atividade econômica (VALE).

Os primeiros anos da indústria do Brasil foram marcados por uma presença forte do Estado promovendo e controlando os principais setores da economia. Os esforços realizados foram no intuito de consertar gargalos, principalmente em áreas vitais como infraestrutura e energia. No entanto, mesmo com os investimentos realizados a indústria não teve fôlego para realizar a transição do setor agrário para o setor industrial integralmente nesse primeiro momento, mas com as bases estabelecidas os governos seguintes puderam avançar no processo de substituição de importações. (JUNIOR, 2016)

A análise dos governos subsequentes permite constatar algumas peculiaridades quanto a participação do capital internacional na estrutura industrial Brasileira. A década de 1950 se mostra determinante para compreender os rumos do desenvolvimento brasileiro (Arend, 2009). Perceptível que a primeira metade da década, durante o governo Vargas, o capital internacional se restringia a setores menos determinantes da dinâmica econômica nacional, ao contrário da segunda metade, durante o governo Juscelino Kubitschek, com influência de agentes internacionais em setores chave da indústria .

Muitas foram as externalidades positivas. No final da década de 1950, houve um crescimento acelerado da economia por conta do Plano de Metas, com evolução da estrutura industrial e substituição da importação de insumos básicos, máquinas, equipamentos, material

de transporte, etc. Entretanto, o período posterior começa a apresentar problemas, já em 1961 o país perde dinamismo, a concentração de renda aumenta, falta financiamento para dar prosseguimento ao processo, alta inflação, crise cambial, e insolvência de compromissos internacionais. (JUNIOR, 2016)

Em meio a crise política gerada pelos fatores acima, em 1964 acontece o "Golpe Militar", o governo lança um pacote de medidas para estabilização econômica passando por um período recessivo que duraria até 1967, quando houve uma reorganização do sistema financeiro, recuperação da capacidade do estado, e estabilização monetária.

O final da década de 60 e início da década de 70 ficou conhecido como o "Milagre econômico", período de forte crescimento que contou com um panorama internacional bastante favorável e foi promovido predominantemente pela poupança externa utilizando a estratégia desenvolvimentista-internacionalista, mas dessa vez usou, não apenas o capital internacional direto como também o financiamento a longo prazo. (AREND, 2009).

O Brasil entra na década de 1970 com expectativas positivas, crescimento industrial alto alavancado pelo capital externo e crescente demanda internacional pelos seus produtos, entretanto, a crise do petróleo de 1973 modifica completamente o cenário internacional. Para continuar sua trajetória crescente o Estado precisou aumentar seus investimentos, lançou primeiramente o I PND com intuito de preparar a infraestrutura para as décadas seguintes e, posteriormente, o II PND com investimentos públicos e privados visando desenvolver e expandir as exportações, e finalizar o processo de substituição de importações.

Mesmo com as elevadas taxas de crescimento e desenvolvimento da estrutura industrial, as nuances do panorama internacional corroeram as contas nacionais. A segunda crise do petróleo no final da década de 1970 aumentou o endividamento externo que, junto com a inflação elevada, inviabilizaram a continuidade das políticas de substituição de importações (MADISSON, 1992)

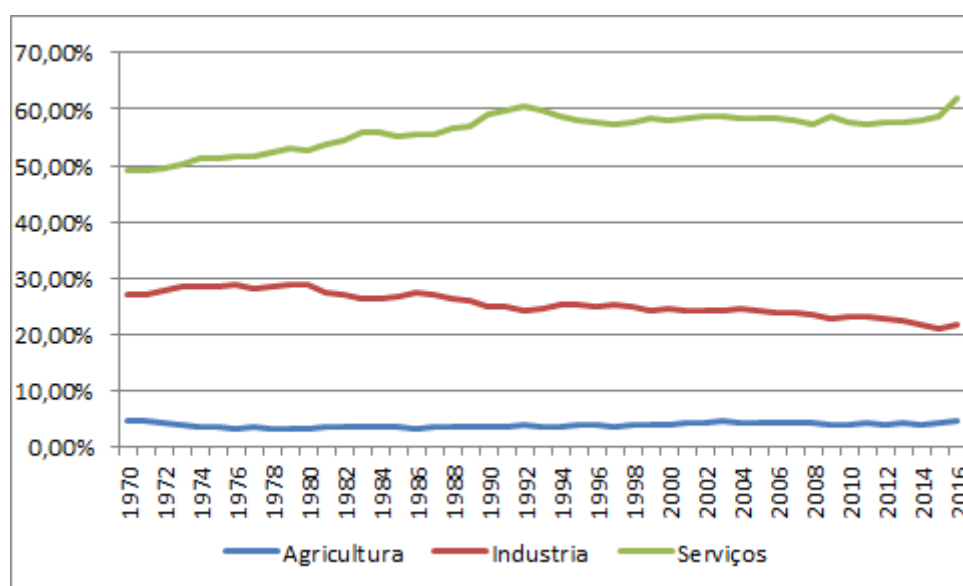
Com uma situação econômica fragilizada o Brasil passa a década seguinte buscando sem sucesso recuperar as contas públicas com poucas possibilidades de retomar investimentos em desenvolvimento industrial, passa por um longo período recessivo que fica conhecido como a "década perdida". As décadas seguintes seriam de perda da capacidade competitiva com outros países que se distanciaram na corrida tecnológica, jogando o Brasil como coadjuvante na dinâmica econômica internacional.

5.2. PARTICIPAÇÃO DA MANUFATURA NO PIB NACIONAL E MUNDIAL

Após o período de “milagres” nas economias do Brasil e México, entre a década de 1950 e 1980, caracterizados por crescimentos intensivos e prosperidade com o emparelhamento tecnológico ao paradigma metal-mecânico-químico, o irrompimento da quinta revolução industrial baseada na microeletrônica fez com que os países periféricos tivessem um esgotamento da produção e anulassem seus avanços em relação ao período anterior. Os gráficos a seguir evidenciam o atraso da matriz produtiva latina em relação aos países desenvolvidos nos setores intensivos em tecnologia, ao mesmo tempo em que os países se especializam na produção de *commodities* industriais.

A debilidade da estratégia desenvolvimentista-internacionalista brasileira, mais especificamente a “industrialização pesada” do país, evidencia-se a partir dos anos de 1980. Mudanças exógenas as economias periféricas com a inserção de um novo paradigma tecnoproductivo no cenário internacional trouxeram efeitos debilitadores às economias latinas, com uma reduzida participação nos setores intensivos em microeletrônica, reprimarização da economia, desindustrialização, restrição externa e ainda baixa produtividade. Características estas que estão atreladas ao que Arend (2009) evidencia como o processo de *falling behing*, com o eixo dinâmico da atividade industrial dos países desenvolvidos se transferindo para o complexo eletrônico, reafirmando a divergência tecnológica entre os países centrais e periféricos.

Gráfico 10 - Participação (em %) da agricultura, indústria e serviços no PIB do Brasil no período de 1970-2016.

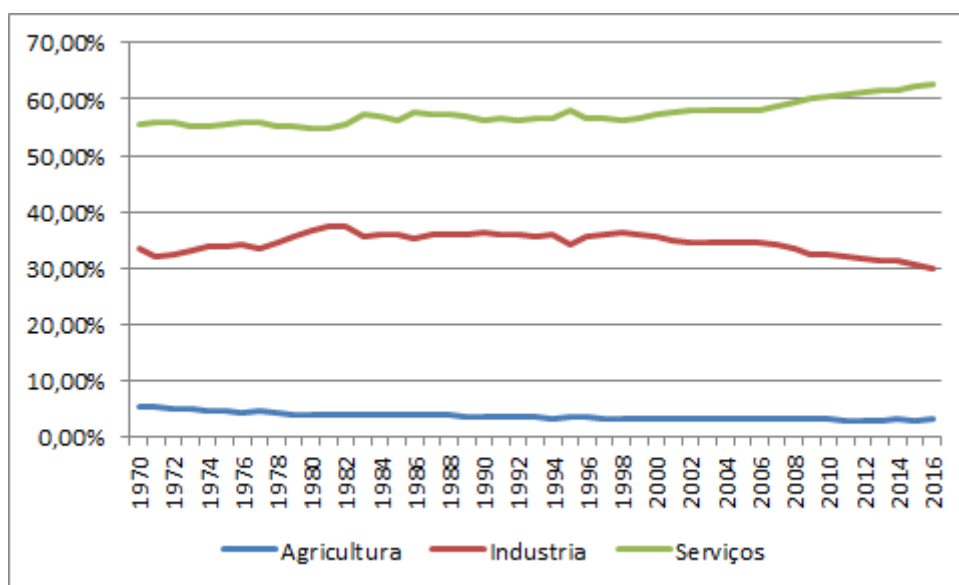


Fonte: elaboração própria a partir dos dados da UnctadStat.

Ao longo dos anos de 1980 a economia brasileira passava por um período conhecido como a “década perdida”, fase marcada pela hiperinflação, baixo crescimento econômico e instabilidade política. O gráfico 11 apresenta a participação percentual dos setores no PIB do Brasil desde a década de 1970 e evidencia a perda da capacidade industrial brasileira no produto agregado a partir da década de 1980, demonstrando uma tendência da indústria a perda da participação no produto agregado.

De acordo com o gráfico 10, em 1970 a indústria tinha uma participação de 27,02% no total do PIB brasileiro, e chegou em 1980 com 28,70%. A agricultura também foi um setor que teve perda substancial na participação no PIB nessa década, em contrapartida, o setor de serviços apresentou um crescimento na participação do valor agregado, em detrimento dos outros dois setores, partindo de 52,80% em 1980 para 61,83% em 2016. A indústria inicia seu processo de perda de participação no ano de 1981, decrescendo para 27,32% e chega ao nível mais baixo no ano de 2015 com 21,16%.

Gráfico 11 - Participação (em %) da agricultura, indústria e serviço no PIB do México no período de 1970-2016.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da UnctadStat.

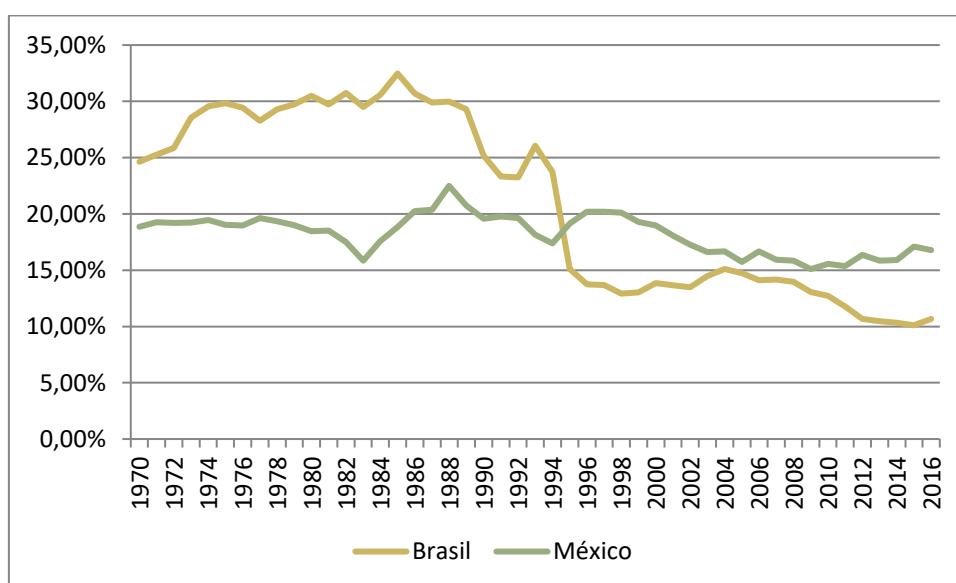
O México foi um dos primeiros países a aceitar as ajustes estruturais sugeridos pelos regimes neoliberais, um acordo assinado em 1986 com o GATT, sob orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI), tinha o intuito de estabilizar a economia frente o fim da Industrialização via Substituição de Importações. Todavia, os governos neoliberais mexicanos

fracassaram quanto a gerar crescimento dinâmico e sustentável, com um parque industrial extenso, entretanto pouco diversificado. (ARÉVALO, 2010)

A crise do petróleo no final da década de 1970 teve um impacto negativo sobre o cenário produtivo e comercial mexicano a partir de 1980, somada a dificuldade do Estado em financiar projetos industriais, acarretando em um processo de estagnação e baixa competitividade internacional. Os ajustes neoliberais no México contavam com medidas de incentivo ao mercado financeiro, privatização de empresas públicas, regular a legislação trabalhista para a flexibilização dos preços e facilitar a entrada de capital estrangeiro. (JUNIOR, 2016)

Tais medidas adotadas surtiram efeito sobre o setor manufatureiro, como demonstrado pelo gráfico 11, com o setor industrial tendo participação no valor agregado nacional acima de 35% por toda a década de 1980. Devido a proximidade geográfica com os Estados Unidos da América, neste mesmo período, Arévalo (2010) aponta que no norte do México há uma expansão de indústrias maquiladoras, principalmente do ramo automotivo, apenas fazendo a montagem para empresas estrangeiras e exportando as mercadorias. O gráfico 13 evidencia que o processo de desindustrialização no México inicia de maneira mais aguda ao final dos anos 1990, entretanto o déficit da balança comercial do setor industrial foi acumulando-se ao longo do período pela desarticulação dos setores e a dependência de importações.

Gráfico 12 – Participação (em %) da manufatura no PIB do Brasil e México no período de 1970-2016.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da UnctadStat.

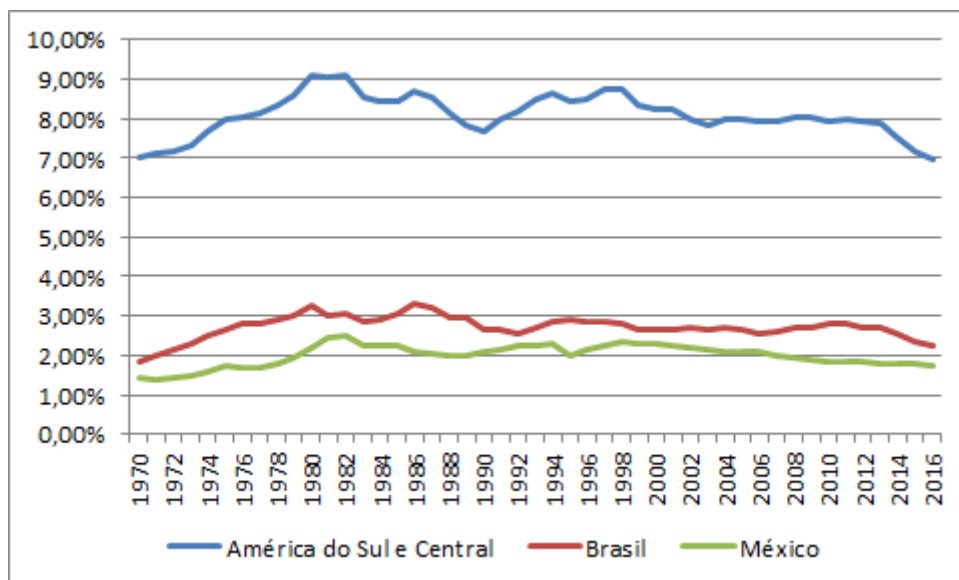
O gráfico 12 apresenta a participação da manufatura no PIB nacional do Brasil e México, demonstrando as distintas trajetórias dos países ao longo do período de 1970 a 2016. O Brasil vinha tendo ganhos até meados da década de 1980, quando tem uma queda abrupta da manufatura, e desde então vem tendo perdas contínuas com períodos efêmeros de uma pequena ascensão da produção manufatureira, a máxima participação da manufatura no PIB brasileiro foi em 1985 com 32,47%, e a mínima em 2015 com 10,10%. O México tem uma trajetória períodos de aumento e outros de declínio, e em média tem uma participação da manufatura entre os níveis de 15% e 20%.

A abertura comercial do México vinha sendo uma referência às economias periféricas para as reformas propostas pelo pensamento ortodoxo e neoliberal, e a assinatura do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) que redefine as relações comerciais entre Estados Unidos da América, Canadá e México, aumenta ainda mais o grau de internacionalização da sua produção industrial, ao passo que confirma sua dependência industrial a economia dos outros países. Mesmo com a inflação controlada e o alinhamento econômico com os países desenvolvidos o México, o início dos anos de 1990 foi um período conturbado nos âmbitos políticos, econômicos e sociais, desencadeando em uma crise de desconfiança resultando em uma rápida fuga de capital e reduzindo as reservas internacionais, gerando uma crise sistêmica que ficou conhecida como o “Efeito Tequila”. (JUNIOR, 2016)

O Brasil estabiliza seus preços com reformas estruturais no início dos anos de 1990 e intensifica a concorrência com as reformas liberais, com abertura comercial e de capital, desregulamentação de mercado e privatizações de empresas estatais, entretanto a ausência de um sistema de crédito diversificado atrofia o mercado de capitais brasileiro. O processo de reestruturação brasileiro é marcado pelo grande número de compra e venda de corporações, como nunca antes havia acontecido na trajetória industrial. Outra característica desse contexto progressista é o binômio dos juros elevados e a valorização cambial, favorecendo a substituição da produção local por importações. (MIRANDA, 2001).

As trajetórias de crescimento e estagnação das economias latinas, a partir da década de 1970, podem ser elucidadas por intermédio dos gráficos 13 e 14, apresentando as participações da América do Sul e Central, Brasil e México na manufatura e no produto agregado mundial. Como pode ser observado, há um aumento da participação dos países latinos na produção manufatureira mundial nos anos de 1970, porém que começa a decrescer a partir dos anos de 1980, alcançando o menor patamar em 2016, com 6,96%.

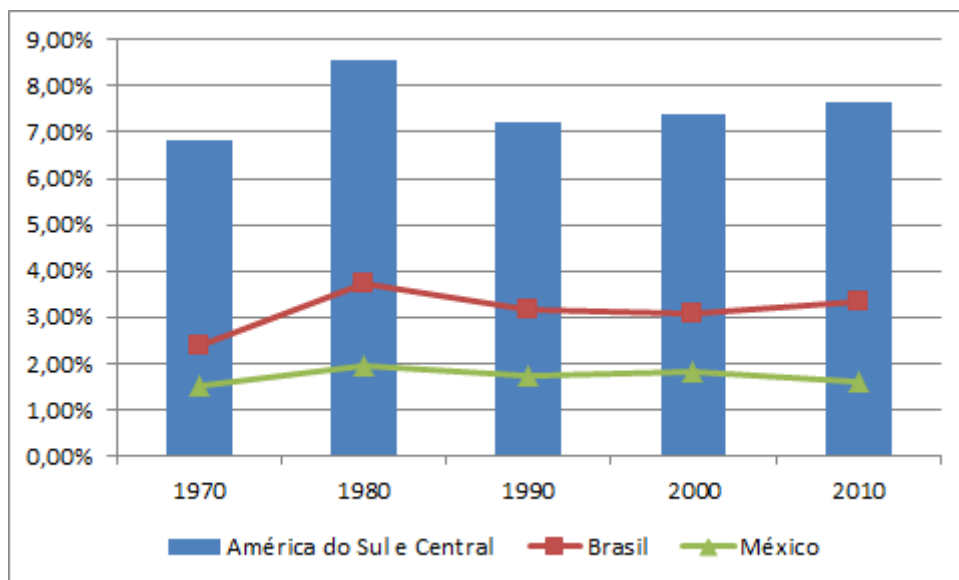
Gráfico 13 - Participação (em %) da América do Sul e Central, Brasil e México na manufatura mundial no período de 1970-2016.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da UnctadStat.

No ano de 1980 a participação no total das manufaturas do Brasil e México eram de 3,26% e 2,21%, e ao longo dessa década os países não se mostraram como economias emergentes, já que em 1990 ambos apresentaram uma queda na participação da manufatura mundial com 2,65% para o Brasil e 2,07% para o México. No período de 1980 até 2016, assim como a América do Sul e Central, Brasil e México chegam ao seu nível mais baixo no produto manufatureiro, com 2,26% e 1,73%, respectivamente.

Gráfico 14 - Participação (em %) da América do Sul e Central, Brasil e México no PIB mundial nos anos de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da UnctadStat.

O gráfico 14 apresenta a participação da América do Sul e Central, Brasil e México ao longo das últimas décadas e reflete a assimetria intra regional dos países latinos. Como se observa, há convergência de crescimento na década de 1970 e decréscimo na década de 1980, com o Brasil tendo perdas e ganhos com efeitos mais discrepantes. Contudo, na década de 1990 o Brasil (1990: 3,18%; 2000: 3,09%) tem perda, enquanto o México (1990: 1,72%; 2000: 1,83%) aumenta sua participação no valor agregado ao produto mundial. Fato contrário ocorre na década seguinte, com o Brasil chegando a participação de 3,35% e o México 1,60% em 2010.

5.3 COMPOSIÇÃO DO PRODUTO INDUSTRIAL POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA

A presente seção tem por objetivo apresentar a estrutura industrial do Brasil e do México, com a composição do produto por intensidade tecnológica nos anos de 2005 e 2016. Será analisado se os países vêm passando por um processo de renovação na base técnica industrial, convergindo para os segmentos emergentes (microeletrônica, biotecnologia, telecomunicações), ou ainda está especializado em setores chave do antigo paradigma metal-mecânico-químico e em commodities primárias.

Pela análise da tabela 3, que mostra a evolução da estrutura industrial no período de 2005 e 2016, pode-se perceber claramente a distribuição setorial do parque manufatureiro

brasileiro, de acordo com a especificidade tecnológica. A tabela mostra que o setor de produtos alimentícios e bebidas é que detém a maior participação na estrutura industrial brasileira nos anos de 2005 (18,33%) e 2016 (22,57%). Na segunda posição no ano de 2016 encontra-se o setor de produtos químicos (14,04%), que teve uma evolução positiva desde 2005 (11,28%). O setor de coque e refino de petróleo teve uma queda de quase metade da sua participação no mesmo período, chegando a 6,16% em 2016.

O Brasil teve no ano de 2005 um valor total produzido de manufatura de US\$ 191.863.000,00, e tem um baixo crescimento até 2016 quando teve o total da produção de US\$ 195.448.000,00. Neste mesmo ano, a participação de alguns setores manufaturados intensivos em alta tecnologia foi menor do que no ano de 2005, como edição, impressão e reprodução de gravação com apenas 1,04%, montagem de veículos automotores 6,24%, enquanto máquinas e equipamentos passa a ser o terceiro setor mais produtivo do ano de 2016, com a participação de 7,76%. Infelizmente a UNIDO não disponibilizou os dados para o setor de material eletrônico.

Tabela 3 - Valor adicionado aos fatores no Brasil nos anos de 2005 e 2016.

	Valor em milhões US\$		Em % do total da manufatura	
	2005	2016	2005	2016
15 – Produtos alimentícios e bebidas	35,166	44,129	18.33	22.57
16 – Produtos de fumo	1,359	1,498	0.71	0.77
17 – Produtos têxteis	4,264	3,626	2.22	1.85
18 – Vestuário e acessórios	2,894	5,157	1.51	2.64
19 – Artefatos de couro e calçados	3,427	3,741	1.79	1.91
20 – Produtos de madeira	2,82	2,704	1.47	1.38
21 – Celulose, papel e produtos de papel	6,932	7,889	3.61	4.04
22 – Edição, impressão e reprodução de gravação	6,026	2,027	3.14	1.04
23 – Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares	23,525	12,037	12.26	6.16
24 – Produtos químicos	21,637	27,452	11.28	14.04
25 – Artigos de borracha e plástico	7,367	8,081	3.84	4.13
26 – Produtos de minerais não-metálicos	6,165	8,649	3.21	4.42
27 – Metalúrgica básica	16,64	12,07	8.67	6.17
28 – Produtos de metal – exceto máquinas e equip.	7,905	8,606	4.12	4.40
29 – Máquinas e equipamentos	11,132	15,176	5.80	7.76
30 – Máquinas para escritório e equipamentos de	1,129	5,011	0.59	2.56
31 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	4,352	5,804	2.27	2.97
32 – Material eletrônico e de aparelhos e equipamento	4,368	...	2.28	...
33 – Equipamentos de instrução médica	1,611	...	0.84	...
34 – Montagem de veículos automotores, reboques,	16,282	12,193	8.49	6.24
35 – Outros equipamentos de transporte	3,466	3,55	1.81	1.82
36 – Móveis e indústrias diversas	3,18	6,087	1.66	3.11
37 – Reciclagem	216	...	0.11	...
Total Manufatura	191,863	195,488	100.00	100.00

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da UNIDO

O México assim como o Brasil tem uma estrutura industrial que evolui de maneira extremamente diversa daquela ocorrida nos países que se adaptaram ao novo paradigma

microeletrônico, tanto em relação aos desenvolvidos como os em desenvolvimento. De acordo com a tabela 4 e como já mencionado neste capítulo, o país vem se especializando em indústrias de montagens para a exportação, fato esse que está comprovado no aumento do setor de montagem de veículos automotores e reboques, que deu um salto da terceira posição em 2005, com 13,43% da participação total da manufatura, para ser o principal produtor em 2016 com 22,80%, superando até mesmo o setor de produção de alimentos e bebidas que ficou na segunda colocação com 21,18%.

Nota-se que a produção de bens manufaturados mexicana está concentrada majoritariamente nos setores de produtos alimentícios e montagem de veículos, dos quais tem baixo valor agregado a economia nacional. O setor de produtos químicos teve uma redução de mais da metade de 2005 para 2016, e o destaque positivo da produção manufatureira mexicana no período é o valor total de manufatura produzida, que tinha o montante de US\$ 78.434.000,00 em 2005 e chega a 2016 com US\$ 130.601.000,00.

Tabela 4 - Valor adicionado aos fatores no México nos anos de 2005 e 2016.

Industry (isic Revision 3-2 digit level)	Valor em milhões US\$		Em % do total da manufatura	
	2005	2016	2005	2016
15 – Produtos alimentícios e bebidas	18,624	27,665	23.74	21.18
16 – Produtos de fumo	1,803	1,906	2.30	1.46
17 – Produtos têxteis	1,396	1,432	1.78	1.10
18 – Vestuário e acessórios	646	1,459	0.82	1.12
19 – Artefatos de couro e calçados	502	849	0.64	0.65
20 – Produtos de madeira	201	225	0.26	0.17
21 – Celulose, papel e produtos de papel	2,273	2,61	2.90	2.00
22 – Edição, impressão e reprodução de gravação	488	566	0.62	0.43
23 – Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares	6,136	14,501	7.82	11.10
24 – Produtos químicos	14,729	11,789	18.78	9.03
25 – Artigos de borracha e plástico	2,083	4,81	2.66	3.68
26 – Produtos de minerais não-metálicos	5,325	5,119	6.79	3.92
27 – Metalúrgica básica	5,23	7,212	6.67	5.52
28 – Produtos de metal – exceto máquinas e equip.	1,81	4,818	2.31	3.69
29 – Máquinas e equipamentos	2,627	3,52	3.35	2.70
30 – Máquinas para escritório e equipamentos de	177	4,17	0.23	3.19
31 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2,077	4,031	2.65	3.09
32 – Material eletrônico e de aparelhos e equipamento	581	...	0.74	...
33 – Equipamentos de instrução médica	224	...	0.29	...
34 – Montagem de veículos automotores, reboques,	10,536	29,783	13.43	22.80
35 – Outros equipamentos de transporte	229	1,053	0.29	0.81
36 – Móveis e indústrias diversas	730	3,083	0.93	2.36
37 – Reciclagem	6	...	0.01	...
Total Manufatura	78,434	130,601	100.00	100.00

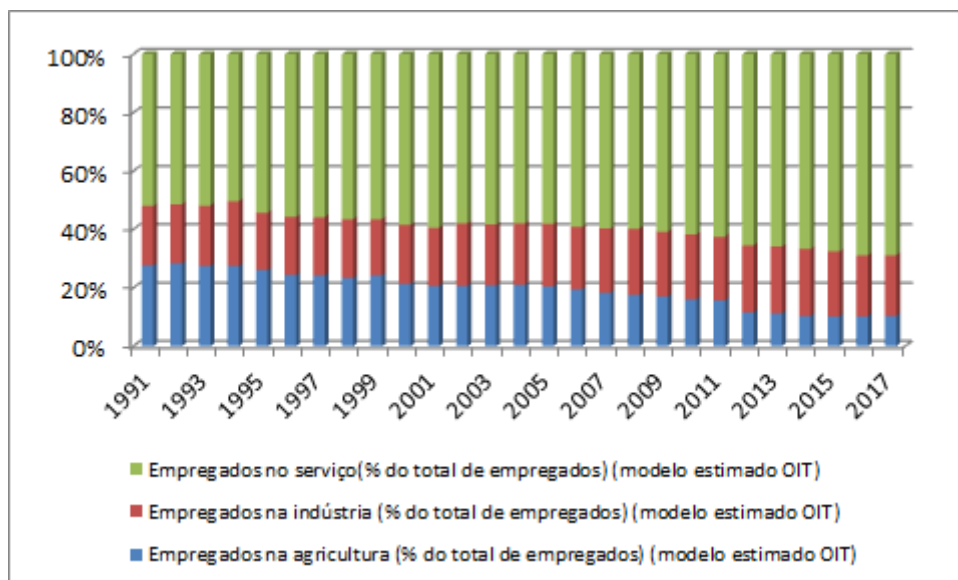
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da UNIDO

As tabelas acima elucidaram a pouca diversificação na produção das economias latinas, principalmente nos setores de bens de consumo duráveis intensivos no paradigma microeletrônico. O parque industrial do Brasil e México concentra-se, sobretudo, em bens de consumo não duráveis, agregando pouco valor e forçando o processo de reprimarização da economia. Ressalta-se também a heterogeneidade da estrutura industrial latinas, em razão da elevada participação dos grupos relacionados a commodities agrícolas e do paradigma fordista.

5.4 EMPREGOS INDUSTRIAIS

A teoria aponta a existência de um processo de desindustrialização quando, em termos relativos, há uma queda persistente do valor adicionado da indústria e também do emprego industrial, sendo assim, os gráficos a seguir procuram evidenciar os empregos industriais na trajetória de longo prazo das economias mexicana e brasileira. Apresenta-se primeiramente os dados para os empregos setoriais relativos a cada país e posteriormente a distribuição dos mesmos por setores industriais.

Gráfico 15 - Empregos por setor no Brasil de 1991 a 2017.



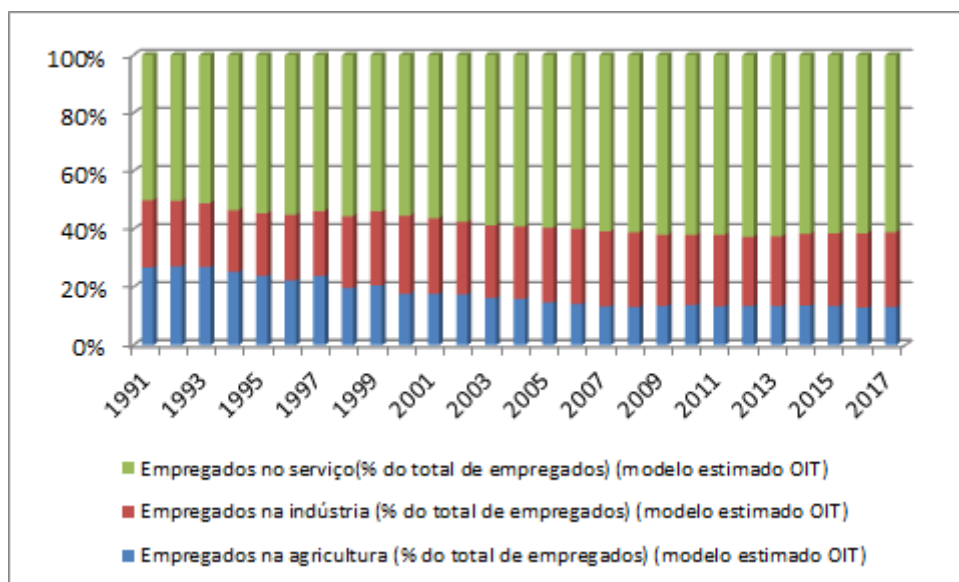
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial.

Conforme mostra os gráficos 15 e 16, de pronto percebe-se um aumento gradativo dos empregos no setor de serviços no Brasil e no México, durante o período de 1991 a 2017, em detrimento dos empregos no setor agrícola. Este fato está intrinsecamente relacionado a mecanização que diminui a mão de obra, que teve os efeitos mais acentuados no campo.

No ano de 1991 a distribuição dos empregos setoriais no Brasil estava dividida em: 27,60% agricultura, 20,45% indústria e 51,95% serviço; e como apresenta o gráfico 16, em 2000 a indústria tem um ganho ínfimo e chega a 21,30%, enquanto a agricultura alcança o patamar de 20,23%, tendo uma perda considerável, e toda essa mão de obra é absorvida pelo setor de serviço. Em 2017 a agricultura chega a apenas 10,32% do total de empregos nacionais, a indústria tem 20,85% e serviço 68,83%. A média do total de trabalhadores empregados no setor industrial no período de 1991 a 2017 é de 21,21%, com a mínima de 19,26% em 1999 e a máxima de 23,01% em 2012.

Pela visualização do gráfico 16 percebe-se que a participação do emprego no México segue um padrão parecido com o brasileiro, com uma transferência de mão de obra do setor agrícola (1991: 26,84%; 2000: 17,67%; 2010: 13,86%; 2017: 13,11%) para o de serviço (1991: 50,06%; 2000: 55,32%; 2010: 62,01%; 2017: 61,13%), e algumas leves flutuações no setor industrial (1991: 23,09%; 2000: 27,01%; 2010: 24,13%; 2017: 25,76%). Todavia, o setor agrícola não teve uma queda tão acentuada no número de trabalhadores em comparação ao Brasil.

Gráfico 16 - Empregos por setor no México de 1991 a 2017.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial.

No que concerne a distribuição do emprego nos setores industriais, as tabelas a seguir classificam os níveis de cada segmento nos anos de 2005 e 2016. Conforme demonstra a tabela 5, o setor que mais emprega no Brasil é o de produtos alimentícios e bebidas com 1.704.829 pessoas no ano de 2016 (2005: 21,77%; 2016: 24,65%), seguido por vestuário (2005: 7,79%;

2016: 7,92%), produtos químicos (2005: 5,46%; 2016: 7,52%) e acessório e máquinas e equipamentos (2005: 6,56%; 2016: 7,32%). Nota-se, todavia, a baixa empregabilidade em setores intensivos em tecnologia como: edição, impressão e reprodução de gravações (2005: 3,16%; 2016: 1,29%), máquina para escritório (2005: 0,45%; 2016: 1,85%), material eletrônico (2005: 1,31%).

A tabela 6 apresenta a capacidade de absorção de mão de obra de cada setor da indústria mexicana, e evidencia o fato mencionado na seção 4.2 do país especializar-se em indústrias maquiladoras (fazem a montagem de produtos pré-fabricados por componentes estrangeiros). O setor de montagem de automóveis e reboques passa de 11,52% em 2005 para 21,85% do total de empregados, com o número de 773.838 pessoas. Produtos alimentícios e bebidas que em 2005 era o que mais empregava teve uma perda da participação (2005: 24,37%; 2016: 20,71%), o destaque fica para o setor de máquinas para escritório e equipamentos, que em 2005 absorvia 0,13% e alcança em 7,77% em 2016. Os setores de produção química (2005: 9,04%; 2016: 4,27%) e edição, impressão e reprodução de gravações (2005: 1,41%; 2016: 0,85%).

Tabela 5 - Empregos por setor industrial no Brasil nos anos de 2005 e 2016.

	Nº Trabalhadores		Part. Emprego Total Manufatura	
	2005	2016	2005	2016
15 – Produtos alimentícios e bebidas	1,354,455	1,704,829	21.77	24.65
16 – Produtos de fumo	22,52	16,549	0.36	0.24
17 – Produtos têxteis	303,375	226,9	4.88	3.28
18 – Vestuário e acessórios	484,851	548,041	7.79	7.92
19 – Artefatos de couro e calçados	388,289	319,365	6.24	4.62
20 – Produtos de madeira	226,796	161,675	3.64	2.34
21 – Celulose, papel e produtos de papel	153,421	172,244	2.47	2.49
22 – Edição, impressão e reprodução de gravação	196,866	89,017	3.16	1.29
23 – Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares	28,664	59,333	0.46	0.86
24 – Produtos químicos	339,833	519,979	5.46	7.52
25 – Artigos de borracha e plástico	335,918	359,18	5.40	5.19
26 – Produtos de minerais não-metálicos	304,918	406,661	4.90	5.88
27 – Metalúrgica básica	194,037	199,55	3.12	2.88
28 – Produtos de metal – exceto máquinas e equip.	380,952	403,783	6.12	5.84
29 – Máquinas e equipamentos	408,406	506,334	6.56	7.32
30 – Máquinas para escritório e equipamentos de	27,831	128,082	0.45	1.85
31 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	168,426	208,01	2.71	3.01
32 – Material eletrônico e de aparelhos e equipamento	81,396	...	1.31	...
33 – Equipamentos de instrução médica	62,165	...	1.00	...
34 – Montagem de veículos automotores, reboques,	366,038	408,561	5.88	5.91
35 – Outros equipamentos de transporte	86,399	103,171	1.39	1.49
36 – Móveis e indústrias diversas	291,05	375,427	4.68	5.43
37 – Reciclagem	15,871	...	0.25	...
Total Manufatura	6,222,477	6,916,692	100.00	100.00

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da UNIDO

Tabela 6 - Empregos por setor industrial no México nos anos de 2005 e 2016.

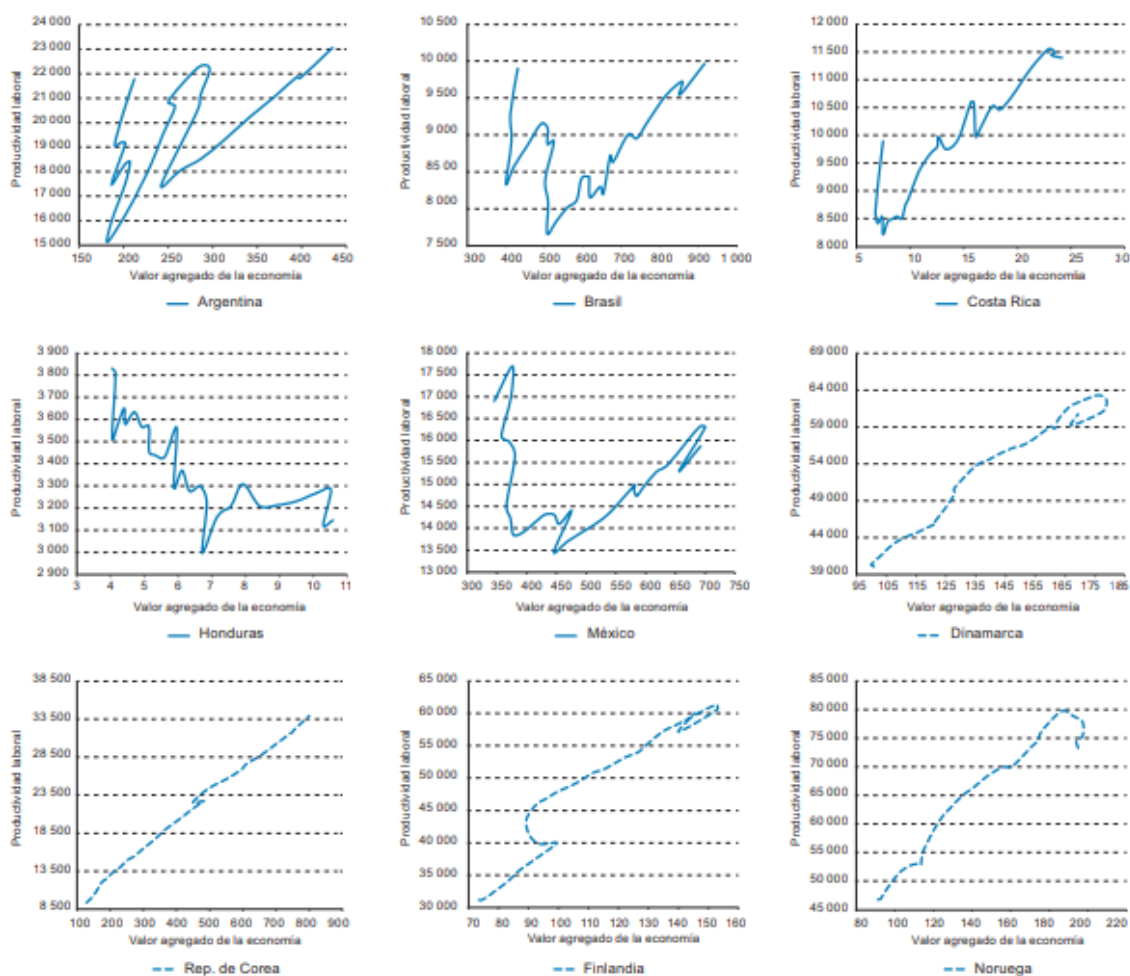
	Nº Trabalhadores		Part. Emprego Total Manufatura	
	2005	2016	2005	2016
15 – Produtos alimentícios e bebidas	365,792	733,321	24.37	20.71
16 – Produtos de fumo	2,425	2,128	0.16	0.06
17 – Produtos têxteis	60,053	79,132	4.00	2.23
18 – Vestuário e acessórios	60,31	143,428	4.02	4.05
19 – Artefatos de couro e calçados	47,023	64,492	3.13	1.82
20 – Produtos de madeira	12,464	14,425	0.83	0.41
21 – Celulose, papel e produtos de papel	52,348	71,895	3.49	2.03
22 – Edição, impressão e reprodução de gravação	21,204	30,255	1.41	0.85
23 – Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares	26,669	26,752	1.78	0.76
24 – Produtos químicos	135,686	151,228	9.04	4.27
25 – Artigos de borracha e plástico	85,793	197,807	5.72	5.59
26 – Produtos de minerais não-metálicos	79,28	98,871	5.28	2.79
27 – Metalúrgica básica	54,616	85,627	3.64	2.42
28 – Produtos de metal – exceto máquinas e equip.	64,817	238,031	4.32	6.72
29 – Máquinas e equipamentos	48,777	109,544	3.25	3.09
30 – Máquinas para escritório e equipamentos de	1,92	275,074	0.13	7.77
31 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	56,02	178,657	3.73	5.04
32 – Material eletrônico e de aparelhos e equipamento	89,142	...	5.94	...
33 – Equipamentos de instrução médica	7,731	...	0.52	...
34 – Montagem de veículos automotores, reboques,	172,893	773,838	11.52	21.85
35 – Outros equipamentos de transporte	6,818	47,389	0.45	1.34
36 – Móveis e indústrias diversas	48,996	219,651	3.26	6.2
37 – Reciclagem
Total Manufatura	1,500,779	3,541,545	100.00	100.00

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da UNIDO

Apesar da queda persistente da indústria no valor adicionado ao PIB, o total de empregados no setor manufatureiro no México mais que duplicou, passando de 1.550.779 em

2005 para 3.541.545 em 2016 (ver tabela 6). Fato distinto acontece no Brasil, que empregava 6.222.447 trabalhadores na manufatura em 2005, e 6.916.692 pessoas em 2016, um aumento pífio comparado com o mexicano. Os ganhos do México são além de absolutos, relativos a setores mais intensivos em tecnologia, como montagem de veículos automotores e na produção de máquinas e equipamentos para escritório.

Figura 2 - Comparação entre a produtividade do trabalho e o valor agregado da economia no período 1980-2010: países selecionados.



Fonte: CEPAL (2012)

Obs: Em milhões de dólares. Ano base = 2000.

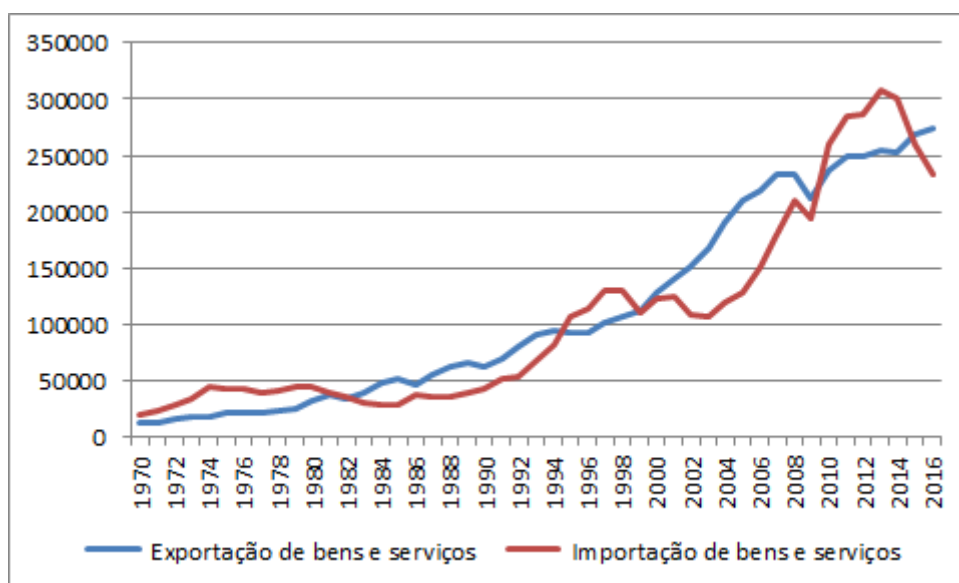
A figura 1 demonstra a trajetória da produtividade do trabalho e do valor agregado da economia nos países selecionados para o período de 1980-2010, buscando esclarecer os períodos de estagnação na produtividade da mão de obra em momentos em que ocorria expansão da produção. Como evidencia a figura 1, apenas os países latinos manifestam um declínio sustentado de produtividade e o seus crescimentos não compensam suas perdas em

períodos de recessão. Portanto, percebe-se que nesse período ocorreu nos países latinos uma mudança estrutural recessiva em relação à produtividade do trabalho. (CEPAL, 2012).

5.5. COMÉRCIO EXTERIOR

Como já apresentado no capítulo anterior (ver gráficos 7 e 8), a demanda por produtos dos setores intensivos em alta tecnologia no comércio internacional vem crescendo ao longo dos anos, em detrimento principalmente do setor de commodities primárias e baixa intensidade tecnológica. A América Latina perde participação relativa aos setores de ponta ao passo que o leste asiático dá um salto de produtividade nesses setores. A seguir serão expostos gráficos extraídos do Atlas da Complexidade Econômica para identificar quais foram as pautas de exportação e importação do Brasil e México ao longo desse período de desindustrialização.

Gráfico 17 - Volume de exportação e importação de bens e serviços do Brasil - 1970-2016.



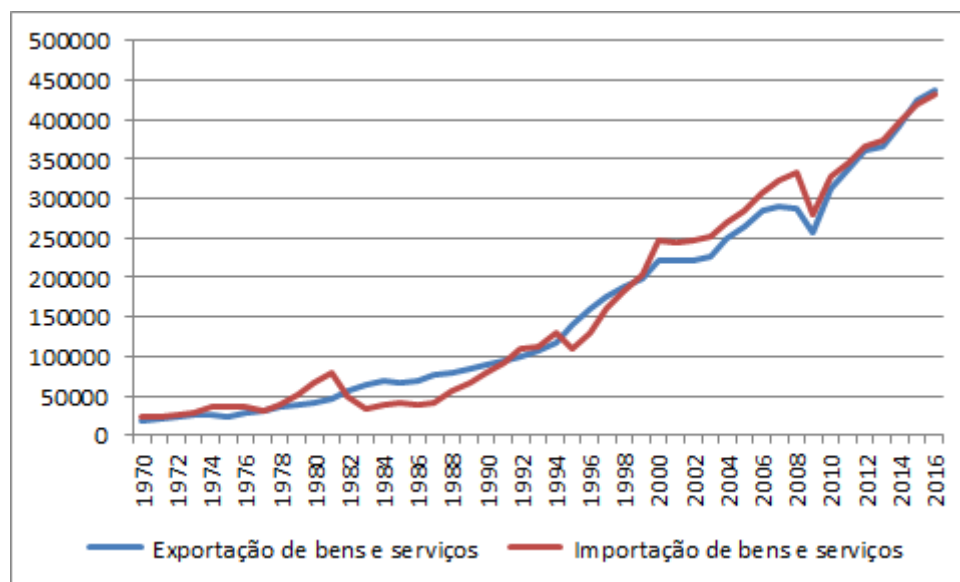
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da UnctadStat.

OBS: valores em milhões de US\$ a preços constantes de 2010.

Primeiramente, os gráficos 17 e 18 apresentam o valor total da balança comercial do Brasil e do México a partir da década de 1970 até 2016. Nota-se que há um crescimento no volume de transações de ambos os países e que o México tem uma balança comercial com déficits de 1998 a 2015, entretanto há um maior equilíbrio e um volume financeiro mais elevado do que o Brasil, ultrapassando US\$ 4 trilhões de bens e produtos exportados em 2016. O Brasil tem superávits a partir de 1983 e que persiste até 1994, ano em que é feita as reformas

liberalizantes no país e há paridade no câmbio, o que estimula a compra de produtos importados. No início dos anos 2000 há um *boom* nas exportações de commodities e produtos minerais, como demonstra o gráfico 21.

Gráfico 18 - Volume de exportação e importação de bens e serviços do México - 1970-2016.



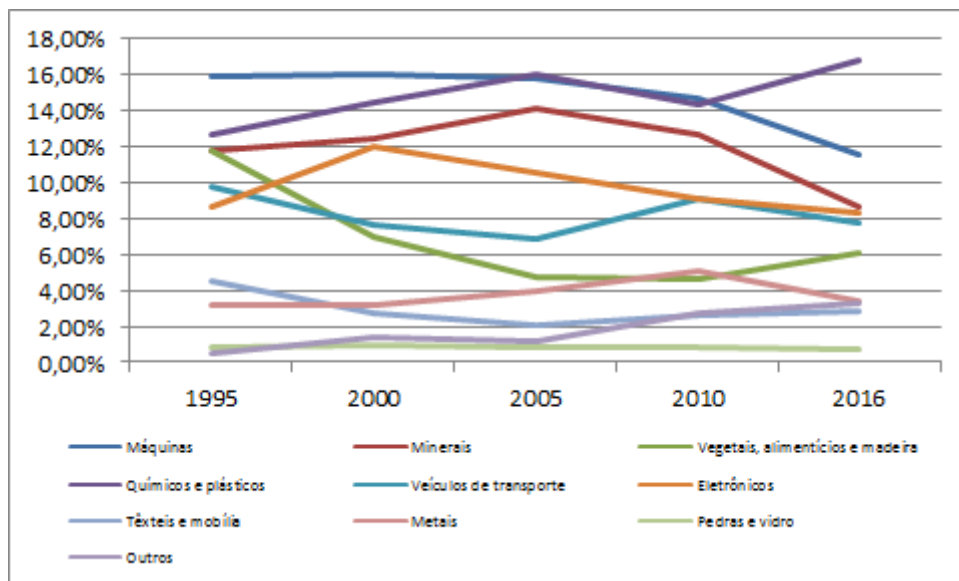
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da UnctadStat.

OBS: valores em milhões de US\$ a preços constantes de 2010.

Os gráficos 19 e 20 elucidam a pauta da balança comercial do Brasil por intermédio das categorias do produto. Os setores em que há mais demanda de mercadorias oriundas de países estrangeiros são: máquinas e equipamentos (1995: 15,87%; 2005: 15,79%; 2016: 11,59%), minerais (1995: 11,74%; 2005: 14,14%; 2016: 8,67%) e produtos químicos (1995: 12,69; 2005: 16,03%; 2016: 16,77%). Em contrapartida, os setores de veículos de transporte, alimentício e têxtil perdem porcentagem das importações brasileiras durante o período. O crescente aumento da compra de produtos químicos no mercado internacional está essencialmente relacionado ao aumento da produção agrícola com fertilizantes e agrotóxicos.

A maior parte da importação brasileira no ano de 2000 é de óleo de petróleo (4,87%) e carros prontos (4,80%), além de partes de veículos (1,98%) e computadores (1,23%). Em 2016 o Brasil tem como principais parceiros comerciais para importação de produtos os EUA com 20,70% do total do volume de importações, e a China com 15,18%. Dentre os principais produtos importados estão: óleo de petróleo refinado (3,69%), partes de veículo motor (2,45%), telefones (1,55%), circuitos eletrônicos integrados (1,45%), carros (1,39%), etc.

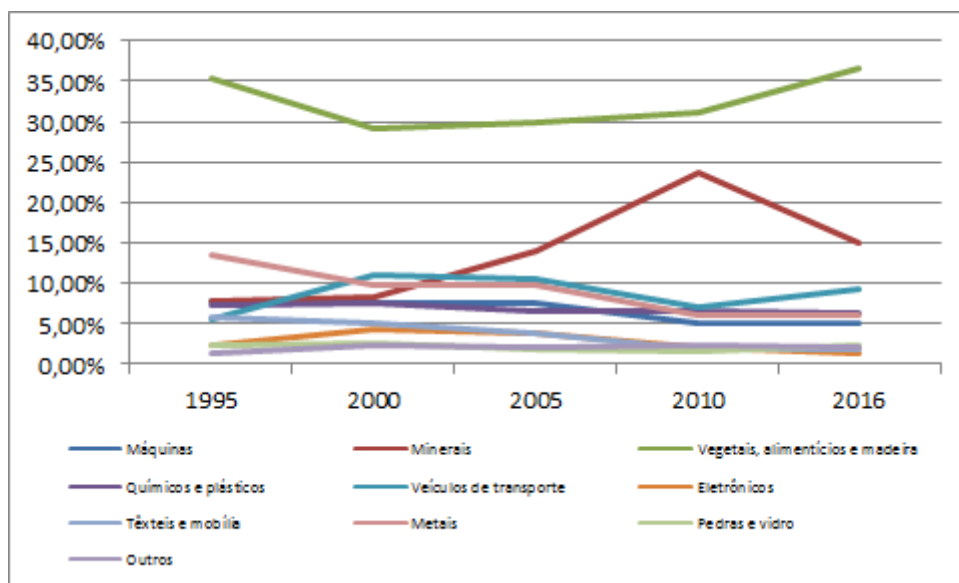
Gráfico 19 - Composição da importação do Brasil - 1995, 2000, 2005, 2010 e 2016.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Atlas da Complexidade Econômica.

A gama de mercadorias exportadas pelo Brasil se concentra majoritariamente no setor alimentício, como nota-se no gráfico 20, o setor representou por todo o período de 1995-2016 quase um terço do total de produtos exportados pelo país. No ano de 2000 o setor de minérios teve uma expansão e os produtos mais vendidos no mercado internacional foram minério de ferro (5,63%), aeronaves (4,58%), grão de soja (3,46%), resíduos de soja (2,82%), café (2,51%), etc. Tendo como principais compradores os EUA (22,99%), Argentina (10,73%), Alemanha (5,72) e Holanda (4,74%).

Gráfico 20 - Composição da exportação do Brasil - 1995, 2000, 2005, 2010 e 2016.

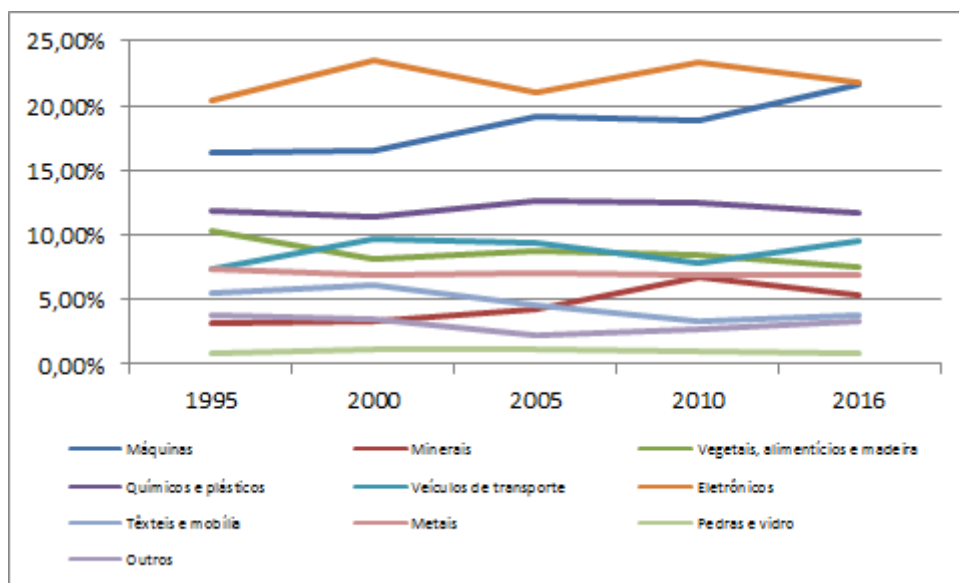


Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Atlas da Complexidade Econômica.

Em 2016, a China (19,67%) foi o país que mais importou produtos e serviços brasileiros, seguida pelos EUA (12,21%) e Argentina (6,76%). Os produtos mais exportados pelo Brasil neste ano foram: grão de soja (8,35%), minério de ferro (7,60%), petróleo (5,13%), cana de açúcar (4,48%), aves domésticas (2,60%), aeronaves (2,27%), carros (1,96%). Corrobora-se assim que há um hiato tecnológico entre os produtos importados e exportados do Brasil, já que o país vem se especializando na produção e exportação de produtos alimentícios e de minérios, ao passo que a pauta de importação está baseada em produtos químicos, máquinas e equipamentos.

O México tem a pauta importadora similar a brasileira, concentrando boa parte dos produtos nos setores de eletrônicos (1995: 20,44%; 2005: 20,94%; 2016: 21,84%) e máquinas (1995: 16,38%; 2005: 19,09%; 2016: 21,69%) e tem como principal parceiro comercial os EUA, visto o acordo de livre comércio (GATT) tratado em 1994.

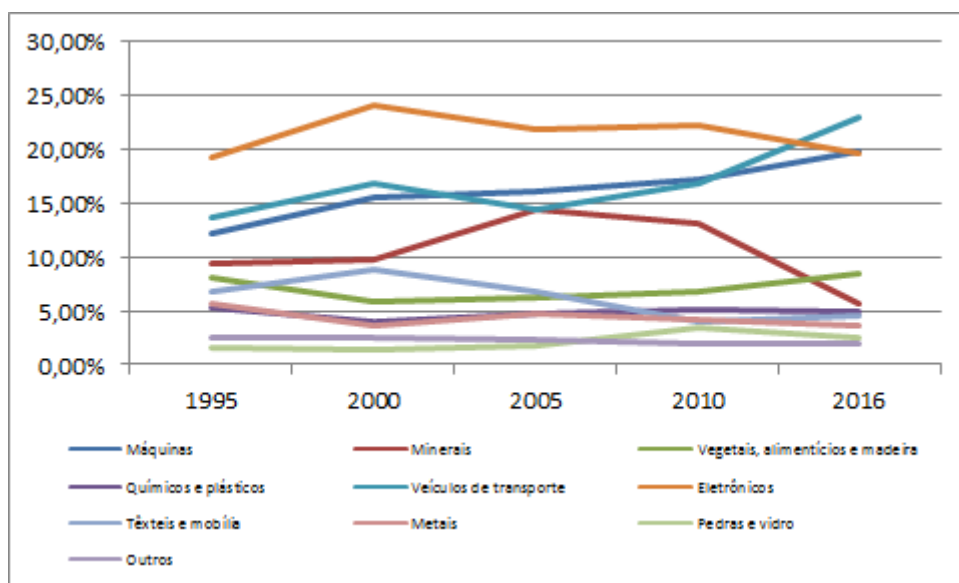
Gráfico 21 - Composição da importação do México - 1995, 2000, 2005, 2010 e 2016.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Atlas da Complexidade Econômica.

As classes de produtos mais importadas pelo México no ano de 2000 são partes de veículos motores (5,46%), circuitos eletrônicos integrados (4,42%), computadores (1,94%), artigos de plástico (1,52%), etc. Com relação ao ano de 2000, em 2016 não há tanta alteração na estrutura dos produtos importados pelo México, com partes dos veículos motores (5,28%) ainda sendo a principal classe importada, seguida por circuitos eletrônicos integrados (4,25%), partes e acessórios para máquinas de escritório (3,57%), computadores (3,17%), e telefones (2,68%).

Gráfico 22 - Composição da exportação do México - 1995, 2000, 2005, 2010 e 2016.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Atlas da Complexidade Econômica.

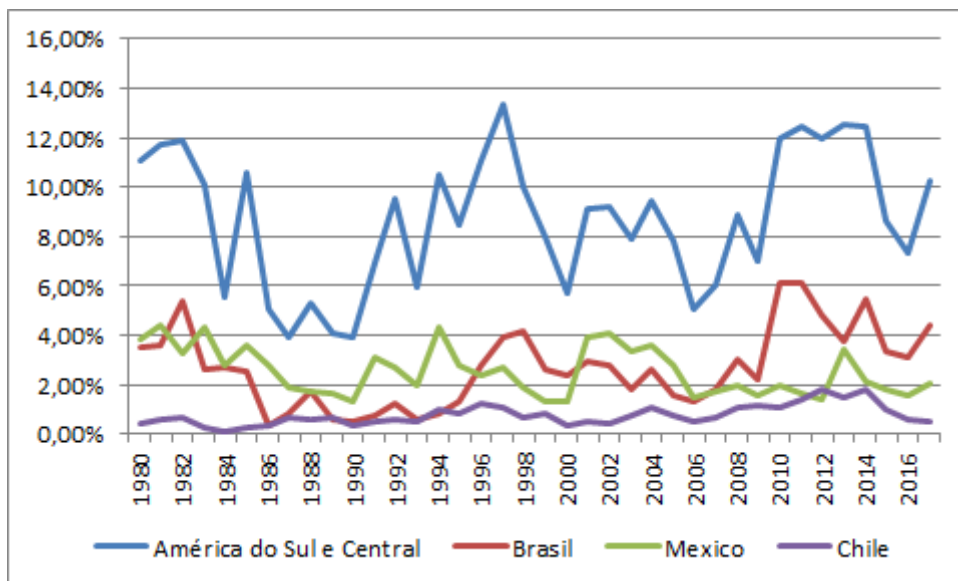
No que concerne a cesta de produtos exportados o México vem se especializando em equipamentos e montagem para carros, computadores e telefones, e no ano de 2016 chegou a exportar mais de 75% das suas mercadorias prontas para os EUA. Em todo o período analisado, de 1995 a 2016, o setor de carros (1995: 7,64%; 2000: 9,93%; 2005: 5,82%; 2010: 7,12%; 2016: 7,79%) só não apresentou a maior participação nas exportações em 2010, quando o petróleo foi o maior produto vendido pelo México, com a porcentagem de 10,54% do total exportado.

O diferencial na estrutura da balança comercial do Brasil e México está muito relacionado à questão espacial e geográfica dos países. O México pela proximidade com os EUA vêm adotando a estratégia de internacionalização da produção como via de acesso aos setores de ponta, e o Brasil confirma a tese de que há uma reprimarização da economia, com a pauta exportadora baseada em commodities agrícolas e minérios, ao mesmo tempo em que os produtos intensivos em microeletrônica estão como os mais demandados pela população.

5.6 INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO – IED

O processo de internacionalização do capital tem seu início no pós-guerra e intensifica-se com a mudança do paradigma microeletrônico, com uma difusão do capital para a periferia fomentando as atividades produtivas para as corporações integralmente verticalizadas, características desse novo paradigma, via investimento externo direto. As novas empresas passam a atuar via cadeias produtivas globais, com o processo de produção ocorrendo por uma rede internacional integrada sob a gerência de grandes corporações. As estratégias das novas empresas transnacionais tiveram que se adequar às inovações financeiras a fim de ter uma integração mais próxima com os países centrais, tendo como principal pré-requisito a produtividade da mão-de-obra para os setores intensivos na microeletrônica. (AREND, 2013)

Gráfico 23 - Participação (em %) do fluxo de IED mundial 1980-2016 - América do Sul e Central, Brasil, México e Chile.



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da UnctadStat

OBS: valores em US\$ a preços correntes.

Os fluxos de IED passaram a impactar na nova dinâmica nacional pela atuação na difusão do progresso técnico e também porque através dele se tem acesso a liquidez internacional. Com um novo cenário financeiro instaurado, os gráficos 23 e 24 analisam a distribuição dos fluxos e estoques de capital na América do Sul e Central, Brasil, México e Chile para o período de 1980-2016. Após uma participação crescente no percentual de IED mundial nos anos de 1970, a América Latina perde participação nos fluxos de IED para os países da Ásia em desenvolvimento, devido a mudança na geografia industrial internacional já analisada no capítulo anterior.

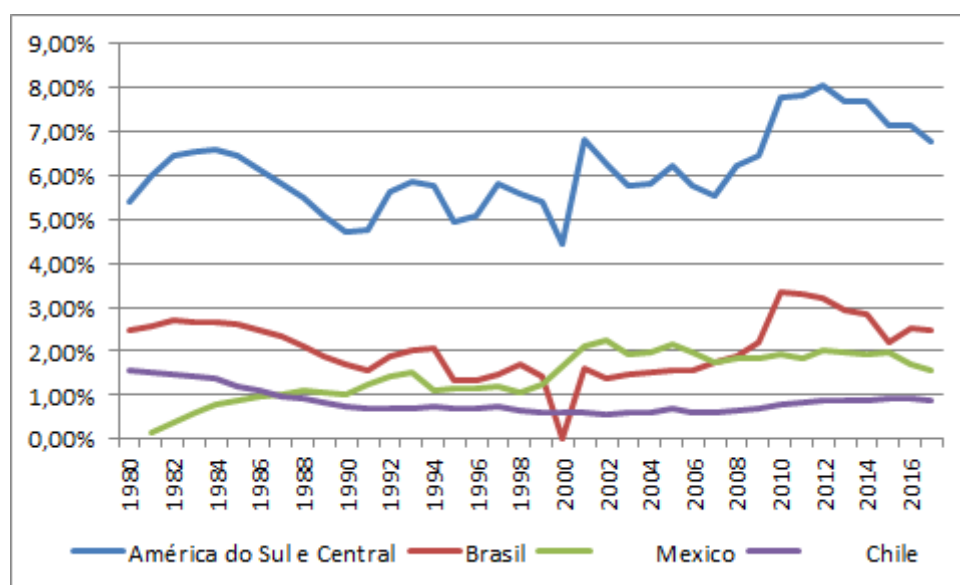
Como observado no gráfico acima, a América Latina não foi capaz de manter uma trajetória crescente de IED para os seus países, sobretudo pelas instabilidades políticas e concorrências oligopolistas que atuam no mercado internacional, passando por dificuldades para atração de capitais. Enquanto o Brasil teve uma queda abrupta da participação no fluxo de IED mundiais de 1982 (5,35%) para 1983 (2,63%), a América do Sul (1983: 10,08%; 1984: 5,53%) e México (1983: 4,35%; 1984: 2,34%) tiveram essa perda no ano seguinte.

De acordo com o gráfico 23, a participação do Brasil e México nos fluxos de IED não teve constância e varia de acordo com a confiança nos mercados nacionais. No ano 1990 o Brasil recebia um fluxo referente a 0,48% do total mundial, enquanto o México recebia apenas 1,29%, a partir de então o país tem mais remessas de IED do que o Brasil até 1995, e no ano seguinte é superado. O maior fluxo recebido pela América do Sul e Central é no ano de 1997 com 13,35% do total mundial. O início dos anos 2000 remonta a década anterior, com o México

recebendo um montante maior de capital do que o Brasil, situação essa que perpetua até 2007 em que Brasil e México recebem 1,83% e 1,71%, respectivamente. A partir de então o Brasil tem uma melhora no recebimento de IED e alcança sua melhor participação em 2011 com 6,13% do fluxo.

Com relação ao estoque de IED da América do Sul e Central, Brasil, México e Chile, o gráfico 24 apresenta a participação dos países e fica perceptível a forte dependência da América do Sul e Central para com o Brasil, já que as trajetórias seguem uma linha bem semelhante. Durante a década de 1980 o Brasil tem uma tendência a perda (1980: 2,49%; 1985: 2,60%; 1990: 1,69%) de estoque de IED, ao contrário do que ocorre no México com o aumento (1981: 0,14%; 1985: 0,88%; 1990: 1,02%) no estoque de capital internacional. O México supera o Brasil a partir dos anos 2000, absorvendo 2,14% de estoque enquanto o Brasil apenas 1,63%. A retomada da América do Sul acontece em 2007 alavancada pelo Brasil, alcançando o maior volume de IED em 2012 com 8,08% do total dos estoques mundiais.

Gráfico 24 - Participação (em %) do estoque de IED mundial de 1980-2016 - América do Sul e Central, Brasil, México e Chile.



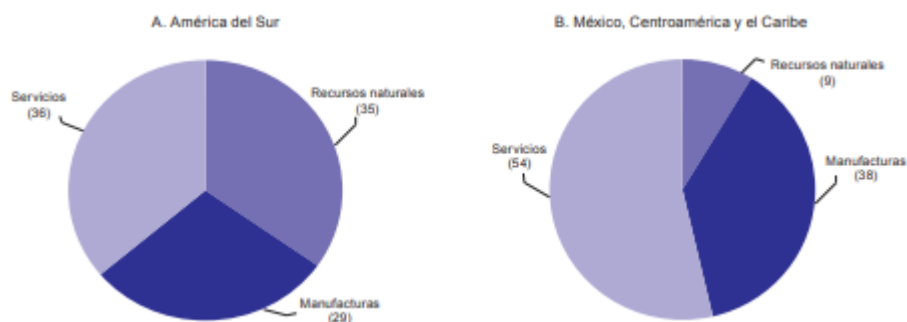
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da UnctadStat.

OBS: valores em US\$ a preços correntes.

A figura 3 apresenta a distribuição dos fluxos de IED por setores da América Latina e Caribe no período de 2005-2011, e evidencia que em termos de composição o setor de serviços (telecomunicações, energia, comércio, etc.) foi o maior receptor de IED. Na América do Sul o IED se concentra nos setores de recursos naturais e em menor medida no manufatureiro, e como

já visto acima, concentra-se fundamentalmente no Brasil nas produções de automóveis. No México, América Central e Caribe 54% do fluxo de IED destina-se ao setor de serviços, e o IED no âmbito produtivo está mais relacionado com as atividades manufatureiras de exportação, mostrando também uma alta concentração nos setores automotivos. (CEPAL, 2012).

Figura 3 - Distribuição dos fluxos de IED (em %) por setores de 2005-2011 - América Latina e Caribe



Fonte: CEPAL, 2012

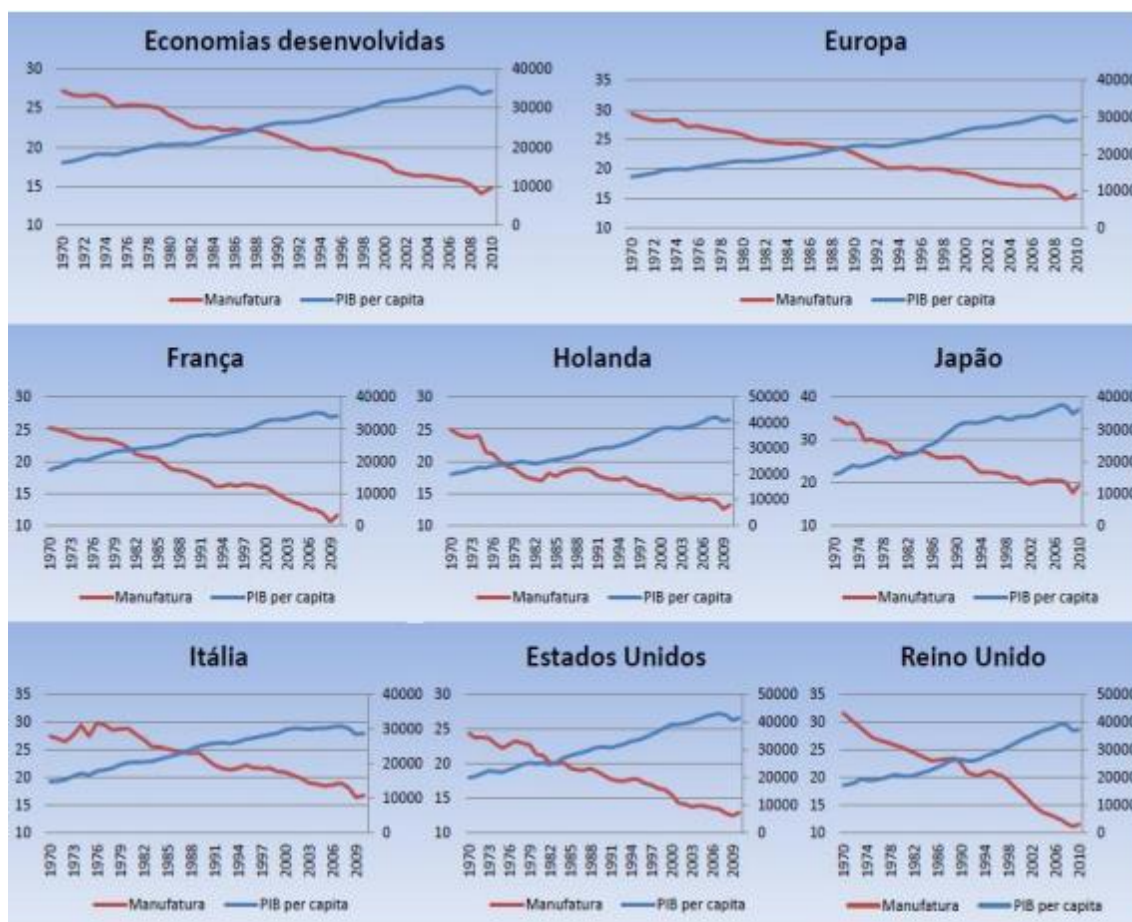
Assim, os setores dinâmicos no paradigma microeletrônico não se difundiram na América Latina via IED. Além disso, os fluxos se especializaram cada vez mais na estrutura industrial do paradigma anterior e em recursos naturais. Desta forma, a seção mostra a dependência dos países periféricos na captação de fluxos de IED para o crescimento e incremento da estrutura industrial dos países, fato esse que torna a vinda de capitais demasiado volátil a choques endógenos e exógenos. Os países latinos se tornam extremamente vulneráveis a ataques especulativos externos e mudanças nas técnicas de produção. (AREND, 2013)

5.7 DESINDUSTRIALIZAÇÃO PRECOCE DA AMÉRICA LATINA

Como apresentado no capítulo 2 da fundamentação teórica, o fenômeno da desindustrialização pode ser considerado como “natural” ao desenvolvimento das economias capitalistas, quando o setor industrial já atingiu uma maturidade e o setor de serviços passa a gerar mais valor acompanhado pelo nível de renda per capita. Ou o processo acontece de maneira precoce, ocorrendo a níveis de renda per capita relativamente mais baixos. Sendo assim, para se chegar a conclusão de que as economias latinas estão passando, ou não, por um processo de desindustrialização precoce faz-se necessário a comparação para com outros países

e regiões ao longo do tempo, analisando o grau de desenvolvimento e desempenho industrial dos países.

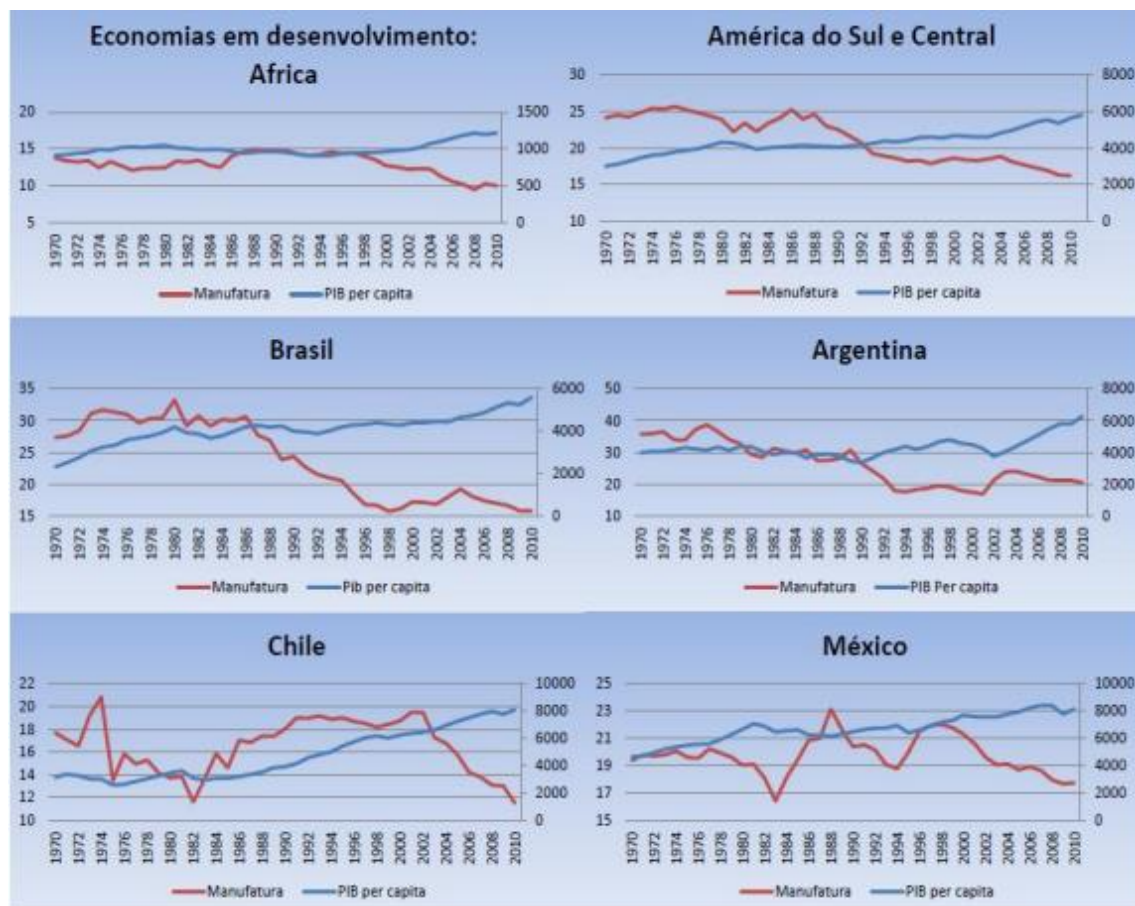
Figura 4 - Economias em processo de desindustrialização natural nas últimas décadas.



Fonte: Arend, 2013.

As regiões e países que podem ser classificadas como economias que estão em um processo de desindustrialização natural nas últimas décadas, são apresentadas conforme mostra figura 4. Considera-se a desindustrialização como um ciclo natural do desenvolvimento econômico visto que a queda da participação da indústria em percentual do PIB é acompanhada por um crescimento sustentado da *renda per capita*. A França e o Reino Unido são países em que a manufatura chega a níveis mínimos de participação da manufatura no PIB, e no período 1970-2010 o nível de *renda per capita* duplicando seus valores. Nos EUA a queda da participação relativa da indústria no produto agregado começa a acontecer a partir da década de 1970 quando tinha um pouco menos de 25% e a *renda per capita* encontrava-se acima de US\$ 17.000,00, como mostra a figura 3, e no ano de 2010 a participação da indústria chega ao patamar de menos de 15% e a *renda per capita* em mais de US\$ 40.000,00.

Figura 5 - Economias em processo de desindustrialização precoce nas últimas décadas.



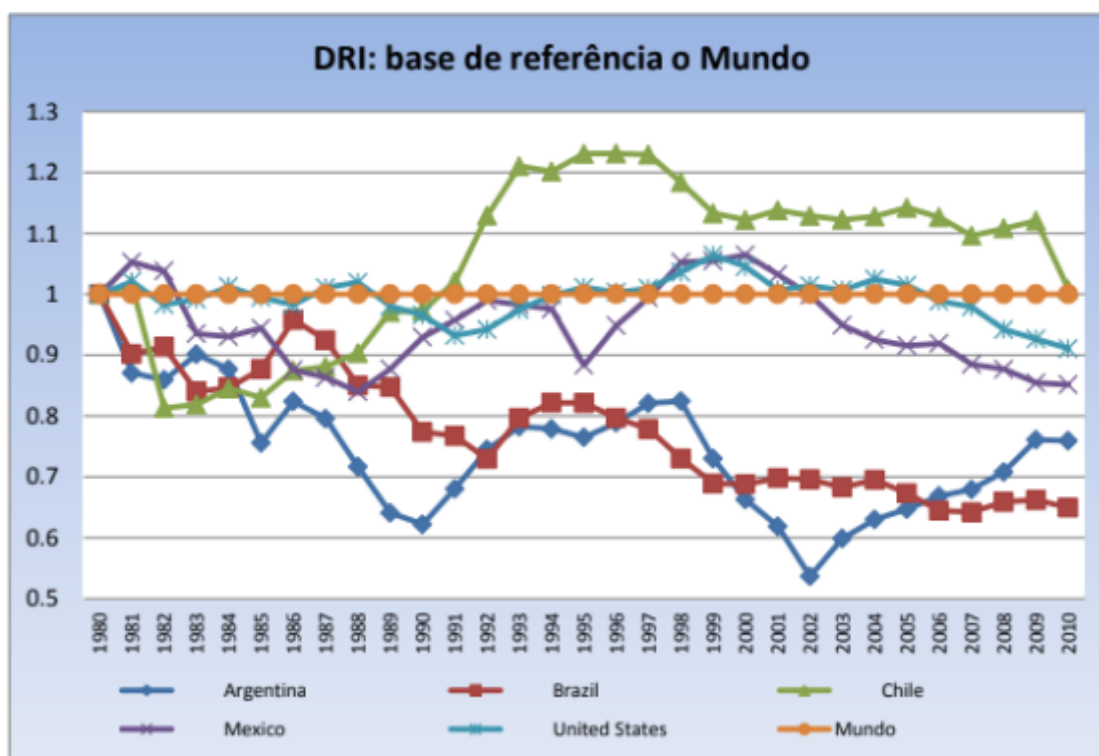
Fonte: Arend, 2013.

O Brasil e o México, assim como os outros países apresentados na figura 5, são enquadrados na situação de economias em processo de desindustrialização precoce. Diferente das economias desenvolvidas, o processo de desindustrialização dos países latinos se inicia na década de 1980, com o declínio da participação da indústria no valor agregado, a níveis de PIB *per capita* menores dos que foram apresentados pelas economias centrais.

Ao longo do período de 1970-2010 as trajetórias latinas não se mostraram homogêneas, com o Chile aumentando a participação percentual da manufatura no PIB ao longo dos anos de 1990, ao passo que Brasil e Argentina vinham tendo uma queda permanente. O México foi um país que teve oscilações durante o período, com fases de prosperidade e outras de contração industrial, com o seu PIB *per capita* quase dobrando de valor e alcançando o maior nível com US\$ 8.000,00 em média. Os dados atestam para a precocidade do fenômeno da desindustrialização nos países latinos visto o baixo dinamismo do Brasil e do México, que detém uma participação relativa, em média, semelhante a dos países centrais, e também ao hiato

do PIB *per capita*, que atualmente é, em média, sete vezes superior à brasileira e cinco vezes a mexicana. Por se tratarem de economias em desenvolvimento, considera-se o desempenho dos países latinos como insuficientes.

Figura 6 - Evolução do Indicador de Desindustrialização Relativa Internacional (DRI) de países selecionados no período 1980-2010: base referência o Mundo



Fonte: Arend, 2013.

A figura 6 apresenta a trajetória do Indicador de Desindustrialização Relativa Internacional (DRI), tendo como base de referência a indústria mundial, para alguns países selecionados. Dentre o período de 1980-2010, o Brasil e Argentina foram os países que apresentaram uma desindustrialização relativa ao mundo mais aguda. A indústria do Chile segue uma trajetória única nas economias latinas nas últimas décadas, apresentando um processo de industrialização, todavia já apresenta sinais de queda. O México por sua vez, demonstra um desempenho semelhante aos EUA a partir de meados dos anos de 1990, tendo pelo período de 1997 a 2002 um DRI positivo, a partir de então o país começa um processo de desindustrialização mais intenso, em uma comparação relativa a indústria mundial.

O DRI é calculado a partir do Índice do Valor da Produção Industrial (IVI), sendo este um número índice que busca mostrar a variação relativa do valor da produção industrial (VPI),

expresso pela seguinte fórmula: $IVIt,t+n = (VPIt+n/VPIt)*100$. A partir desses dados o DRI é expresso pela fórmula: $DRI \text{ país} = IVI \text{ país} / IVI \text{ país/região referencia}$.

SÍNTESE CONCLUSIVA

A formação das matrizes industriais da América Latina sofrem distintas transformações em sua estrutura produtiva, passando por períodos de prosperidade, com convergência tecnológica do paradigma metal-mecânico-químico, e outros de debilidade e esgotamento com a irrupção da microeletrônica nos anos de 1970. As estratégias e políticas nacionais são influenciadas pelo cenário internacional, ao mesmo tempo em que interferem no mesmo, é uma via de mão dupla.

Após o período dos “milagres econômicos” do Brasil e México, baseado no modo de produção fordista, os países enfrentavam uma crise política, social e econômica, com estagnação do crescimento, altas taxas de inflação e o pagamento das dívidas externas contraídas para alavancar o processo de Substituição de Importação. Uma reestruturação tecnológica e produtiva era necessária a época, todavia, o que se percebeu foi uma reprimarização da economia e um estancamento da produção, iniciando então o processo de desindustrialização.

Enquanto as economias desenvolvidas tinham ganhos de produtividade a partir do paradigma microeletrônico, as economias latinas passaram por períodos de baixo dinamismo industrial, e com poucas políticas de fomento a manufatura. O México é o primeiro país latino a adotar medidas neoliberais, a partir de então vê sua trajetória industrial muito dependente dos Estados Unidos da América. Especializando-se em indústrias maquiladoras, onde há uma grande concentração de fábricas de montagem no país e baseia sua pauta de exportação no comércio internacional de automóveis.

A manufatura do Brasil e México, assim como de toda a América Latina, vem perdendo participação no valor adicionado ao produto global em detrimento da ascensão da China e dos países do leste Asiático. Fato este que também está acontecendo nas economias desenvolvidas, porém essa perda sustentada da indústria no PIB é compensada pela elevação da renda *per capita*, o que caracteriza esse fenômeno como natural dos ciclos econômicos. A baixa dinâmica industrial dos países latinos aliada a um pífio crescimento da renda *per capita* corrobora com a tese de que as economias estão passando por um fenômeno de desindustrialização precoce com um atraso na matriz tecnológica, surtindo efeitos malignos as economias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia teve como objetivo principal descrever o processo de desindustrialização latino-americano, com o enfoque do estudo voltado para as trajetórias industriais do Brasil e do México. Para tal, o trabalho foi fundamentado na teoria estruturalista da CEPAL, buscando compreender as peculiaridades e características dos países subdesenvolvidos frente às transformações recentes na dinâmica de acumulação de capital mundial e a reprimarização das economias periféricas. Após a compreensão da irrupção industrial dos países latinos, analisara-se de que forma aconteceu a reestruturação de cada país frente às mudanças ocorridas num âmbito nacional e internacional.

Ao contrário do que ocorre na economia latina, com a não modernização no paradigma tecnoprodutivo e a entrada em um círculo vicioso de baixo crescimento de produtividade e perda na participação em setores intensivos em tecnologia, as trajetórias dos países do leste asiático vem ganhando destaque na produção de manufaturas para o comércio internacional, alavancando um crescimento sustentado na participação do produto global. Ou seja, os países asiáticos vem passando por um forte processo de industrialização fomentado pelo capital internacional e com um forte aparato estatal.

Em síntese procurou-se compreender quais as causas e efeitos da desindustrialização nas duas maiores economias latina americana, e como está calcada a estrutura produtiva e comercial de ambos os países nos últimos anos. Para o caso brasileiro, percebe-se que após o período do “Milagre econômico” com a matriz industrial baseada no paradigma metal-mecânico-químico, o país não conseguiu uma reestruturação produtiva o que gerou um atraso tecnológico, vulnerabilidade externa, reprimarização da economia e o início do ciclo de desindustrialização precoce do país.

Pela posição geográfica e os acordos de livre comércio que facilitam a transação com os Estados Unidos da América, o México utilizou de políticas neoliberais, de abertura comercial e financeira, já na década de 1980, numa tentativa de reestruturação industrial. Todavia, tais políticas além de desarticular as cadeias produtivas nacionais, criaram um sistema dependente do majoritário parceiro comercial, o que acaba gerando uma exploração do trabalho de baixa qualificação, e um baixo valor agregado nos produtos exportados, visto que o país está se especializando em indústrias maquiladoras (caracterizada pela montagem de máquinas e automóveis).

Os dados evidenciaram que o desenvolvimento econômico das indústrias latinas vem

passando por um processo distinto das economias centrais, onde também há uma perda da participação da indústria, contudo, há um aumento substancial dos níveis de renda *per capita* e também um maior adensamento entre elos da cadeia de produção em setores de alta tecnologia, atestando para a normalidade do fenômeno nas trajetórias de desenvolvimento dos países. Por outro lado, o processo de desindustrialização no Brasil já persiste por um longo período e tem sido marcado pela diminuição da competitividade da exportação de produtos industrializados, em detrimento do aumento da exportação de commodities agrícolas. De fato que a produção nacional não consegue suprir a demanda por produtos de alta tecnologia, o que vem estrangulando a balança comercial.

Pelo fato da importância industrial no desenvolvimento econômico, por intermédio dos seus efeitos encadeadores e provedores de ganhos de produtividade por toda a economia, as políticas nacionais devem ser de fomento a cadeias com maior valor agregado, incentivando a criação de novos produtos de modo a garantir um crescimento econômico, progresso técnico e distribuição de renda. Tão importante quanto ao aparato produtivo, há de se levar em consideração questões ambientais, culturais e sociais, promovendo um desenvolvimento mais equânime e sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AREND, M. **50 anos de industrialização no Brasil (1955-2005):** uma análise evolucionária. (tese de doutorado). PPGE/UFRGS, Porto Alegre, 2009.
- AREND, M. O Brasil e o longo do séc. XX: condicionantes sistêmicos para estratégias nacionais de desenvolvimento. Florianópolis: GPEPSM-UFSC, Texto Para Discussão n. 1, 2012.
- AREND, M. A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho. Relatório de pesquisa: IPEA, janeiro 2013.
- ARÉVALO, A. L. G. **La desindustrialización en la manufactura mexicana.** México: Universidad Autónoma do México, 2010.
- FAJNZYLBBER, F. Industrialização na América Latina: da “caixa preta” ao “conjunto vazio” . In: BIELCHOWSKY, R. (Org). **Cinquantas de anos Pensamento da Cepal.** Rio de Janeiro: Record, 2000. cap. 23.
- FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org). **Cinquantas de anos Pensamento da Cepal.** Rio de Janeiro: Record, 2000. cap. 5
- _____. Criatividade e dependência na civilização industrial. São Paulo: Companhia da Letras, 2008.
- _____. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** Editora Atlas, 2010..
- JÚNIOR, D. O. S. **Desindustrialização: uma leitura selecionada para Brasil e México.** Dissertação Mestrado, PPGE/UFBA, Salvador, 2016.
- KALDOR, N. **Causes of the slow rate of Economic growth of the United Kingdom:** an inaugural lecture. Cambridge. Cambridge University Press, 1966.
- MADDISON, A. **The political economy of poverty, equity, and growth: Brazil and México.** London: Oxford University Press, 1992.
- MISSIO, F. J.; JAYME JR., F. G. Estruturalismo e neoestruturalismo: velhas questões, novos desafios. *Revista Análise Econômica*, v. 30, n. 57, 2012.
- MISSIO, F. J.; JAYME JR., F. G. OREIRO, J. L. Resgatando a tradição estruturalista na economia. ANPEC, 2013.
- OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, vol. 30, n. 2, p. 219-232, abril-junho, 2010.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELCHOWSKY, R. (Org). **Cinquantas de anos Pensamento da Cepal.** Rio de Janeiro: Record, 2000a. Cap. 1.
- _____. Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org). **Cinquantas de anos Pensamento da Cepal.** Rio de Janeiro: Record, 2000b. Cap. 12.
- PEREZ, C. **Revoluciones tecnológicas y capital financeiro:** la dinamica de las grandes burbujas financieras y las épocas de bonanza. México: Siglo XXI, 2004.
- ROWTHORN, R.; WELLS, J. R. **Deindustrialization and Foreign Trade.** Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- SARTI, F; HIRATUKA, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil: uma contribuição ao debate. Texto para discussão. IE/Unicamp, Campinas, n. 255, jun. 2015
- SARTI, F; HIRATUKA, F.(coords). Perspectivas do investimento na indústria. Rio de Janeiro: Synergia: UFRJ, Instituto de Economia; Campinas: UNICAMP, 2010. (Projeto PIB – Perspectiva do investimento no Brasil; v. 2)
- SCATOLIN, Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento - FAE, 1989, p. 24.
- SILVA, J. A.. **Desindustrialização e doença holandesa: o caso brasileiro.** Indicadores

Econômicos- FEE, Porto Alegre, v. 41, p. 67-82, maio. 2013. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/2951/3214>>. Acesso em: 17 setembro 2018.

SQUEFF, G. C. Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro. Brasília : Ipea, p.52, 2012.

SUZIGAN, W.; FERNANDES, S. C. Competitividade sistêmica – a contribuição de Fernando Fajnzylber. Revista história econômica & história de empresas, v. 2, p. 165-187, 2004.